Fecomércio RN

Fecomércio - 07/07/2020

Índice

Liege Barbalho | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /
'SOS Protocolos' 9
Noticias - 06/07/2020

Assú Todo Dia | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /
Senac/RN: Unidades de Assú e outras cidades retomam atendimento presencial nesta segunda-feira 10
Noticias - 06/07/2020

Blog Pauta Aberta | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /
Senac/RN: Unidades de Assú e outras cidades retomam atendimento presencial nesta segunda-feira 11
Notícias - 06/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /
Fecomércio, CDL Natal e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao Centro da capital 12
Notícias - 06/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /
Maioria dos restaurantes deverá reabrir nesta terça, 7, no RN 13
Noticias - 07/07/2020

Potiguar Notícias | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /
Fecomércio, CDL Natal e Sebrae levam ´SOS Protocolos` ao Centro da capital 17
Notícias - 07/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /
Maioria dos restaurantes reabre hoje 18
Noticias - 07/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Para cada emprego formal fechado, dois informais ficaram sem trabalho 22
Notícias - 06/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
'Vamos fazer quatro grandes privatizações em até 90 dias', diz Guedes 24
Noticias - 06/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Saiba como estão os planos de retomada econômica em cada estado 26
Notícias - 06/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Governo deverá anunciar planos para quatro grandes privatizações em até 90 dias, diz Paulo Guedes, sobre programa especial 'O Brasil Pós-Pandemia: a Retomada' 37
Notícias - 06/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Mercado financeiro prevê queda da economia em 6,5% este ano 39
Noticias - 06/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Auxílio emergencial deve reduzir queda do PIB em 27% 41
Notícias - 06/07/2020

Blog do PC | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Focus: atividade econômica no Brasil deve ter retração de 6,5% em 2020 43
Noticias - 06/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Para cada emprego formal fechado, dois informais ficaram sem trabalho 45
Notícias - 06/07/2020

Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Governo deverá anunciar planos para quatro grandes privatizações em até 90 dias 47
Noticias - 06/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Soluções de cobrança através de Inteligência Artificial 48
Notícias - 06/07/2020

O Potiguar | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Mordendo cada vez mais o orçamento: aposentadoria militar tem o maior déficit per capita 50
Noticias - 06/07/2020

Pádua Campos | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Governo deverá anunciar planos para quatro grandes privatizações em até 90 dias 53
Noticias - 06/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Em queda : Arrecadação do Estado registra queda de 15% em junho 55
Noticias - 06/07/2020

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Arrecadação do Estado registra queda de 15% em junho 56
Noticias - 06/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Paulo Guedes anuncia volta da CPMF e imposto sobre dividendos para empresas 57
Noticias - 06/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
RN tem queda de R$ 79 milhões na arrecadação do mês de junho 58
Notícias - 06/07/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Mercado melhora projeção para o PIB e vê queda de 6,5% em 2020 59
Notícias - 06/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Arrecadação do Estado registra queda de 15% em junho 61
Notícias - 06/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Captação da poupança diminui em junho, mas bate recorde para o mês 62
Noticias - 06/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Caixa isenta linhas do Pronampe de tarifa de abertura de crédito 64
Notícias - 06/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Mesmo fraco no exterior, dólar avança 0,61% frente a real e fecha a R$ 5,3518 65
Noticias - 06/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Anfavea prevê que mercado de veículos voltará ao ritmo pré-pandemia em 2025 67
Noticias - 06/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Fipezap: preço dos imóveis residenciais supera inflação no 1º semestre 68
Noticias - 06/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Bolsonaro sanciona MP que permite reduzir jornada de trabalho e salário durante a pandemia para evitar demissões 70
Notícias - 06/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Bolsa sobe 2,24% e fecha no nível mais alto em quatro meses 71
Notícias - 06/07/2020

Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA /
Unidades do Senac RN retomam atendimento presencial 72
Notícia - 06/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Bolsonaro diz ter sancionado lei que permite redução de jornada e salário 74
Noticias - 06/07/2020

Portal N10 | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA /
Unidades do Senac retomam atendimento presencial no RN 76
Notícias - 06/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Arrecadação fiscal no RN cai 15 no mês de junho, diz SET 78
Noticias - 07/07/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA /
Unidades do Senac RN retomam atendimento presencial 80
Notícias - 06/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Tecnologia para o semiárido 82
Noticias - 07/07/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA /
Unidades do Senac RN retomam atendimento presencial 85
Notícias - 06/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Privatizações estão nos planos de Paulo de Guedes 87
Noticias - 07/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /
Bares e restaurantes com até 300m² poderão reabrir na quarta-feira 90
Notícias - 06/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Lei que permite redução de jornada e salário é prorrogada 93
Noticias - 07/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /
Restaurantes com até 300m² poderão reabrir na quarta-feira 95
Notícias - 06/07/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Bolsonaro anuncia sanção da MP que permite reduzir jornada e salário durante pandemia 98
Noticias - 06/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /
Restaurantes com até 300m² poderão reabrir na próxima quarta-feira 99
Notícias - 06/07/2020

'SOS Protocolos'

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Liege Barbalho

Dirigentes das entidades empresariais do Rio Grande do Norte foram ano último sábado ao bairro Alecrim para conferir, dar orientações e tirar dúvidas dos empresários, colaboradores e da população que esteve no maior bairro comercial da capital acerca dos protocolos e ações transversais previstos no Plano de Retomada Gradual da Economia, que teve início esta semana. A ação foi denominada de 'SOS Protocolos' integra o esforço conjunto das entidades para fazer com que todos os procedimentos de biossegurança sejam obedecidos, garantindo que a retomada seja efetiva e definitiva.

'Nós sabemos que para manter o comércio funcionando é preciso que os empresários adotem todas as medidas preventivas e cumpram rigorosamente os protocolos, reduzindo os riscos de propagação do novo Coronavírus. Além disso, a população também deve ter a consciência para também frequentar os estabelecimentos somente em caso de necessidade e, também, adotar estes cuidados', comentou **Marcelo Queiroz**, presidente da Fecomercio RN

Os estabelecimentos visitados receberam orientações de técnicos, capacitados pelo Sebrae, que tiraram as dúvidas dos lojistas e colaboradores e disponibilizaram cartazes informativos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - MARCELO QUEIROZ

Senac/RN: Unidades de Assú e outras cidades retomam atendimento presencial nesta segunda-feira

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Gustavo Varela

A partir desta segunda-feira (06), os centros de educação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do io Grande do Norte (**Senac**/RN) retomam suas atividades de atendimento ao público.

Conforme Decreto estadual, as aulas presenciais permanecem suspensas e, na alçada da unidade do **Senac**/RN em Assú, o horário do expediente presencial será de 08h às 12h.

Informação veiculada pela página virtual da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio/RN), transmite que o **Senac**/RN desenvolveu um protocolo sanitário para retomada de suas atividades presenciais, o qual foi avaliado e aprovado pela Vigilância Sanitária estadual.

São as seguintes recomendações para acesso aos núcleos da instituição: obrigatório uso de máscara; proibida circulação de pessoas com sintomas gripais, suspeita ou confirmação da COVID-19; só será permitida entrada de pessoas com temperatura abaixo de 37,8 graus; higienização das mãos com álcool 70% e desinfecção dos sapatos nos tapetes sanitizantes disponíveis; é vedado cumprimento com contato físico entre os colaboradores e clientes; é recomendada a presença de uma pessoa para cada cinco metros quadrados e o distanciamento mínimo permitido é de 1,5 metro; e, não é recomendada a circulação de pessoas dos grupos de risco (60 anos ou mais, diabéticos, cardiopatas, hipertensos ou gestantes).

O atendimento virtual permanece disponível através do endereço eletrônico www.rn.senac.br e do canal de telefone e WhatsApp 4005-1000.

Fonte: Blog Pauta Aberta

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

Senac/RN: Unidades de Assú e outras cidades retomam atendimento presencial nesta segunda-feira

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Lúcio Flávio

Imagem: Reprodução

A partir desta segunda-feira (06), os centros de educação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do RN (**Senac**/RN) retomam suas atividades de atendimento ao público.

Conforme Decreto estadual, as aulas presenciais permanecem suspensas e, na alçada da unidade do **Senac**/RN em Assú (foto), o horário do expediente presencial será de 8h às 12h.

Informação veiculada pela página virtual da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio/RN), transmite que o **Senac**/RN desenvolveu um protocolo sanitário para retomada de suas atividades presenciais, o qual foi avaliado e aprovado pela Vigilância Sanitária estadual.

São as seguintes recomendações para acesso aos núcleos da instituição: obrigatório uso de máscara; proibida circulação de pessoas com sintomas gripais, suspeita ou confirmação da COVID-19; só será permitida entrada de pessoas com temperatura abaixo de 37,8 graus; higienização das mãos com álcool 70% e desinfecção dos sapatos nos tapetes sanitizantes disponíveis; é vedado cumprimento com contato físico entre os colaboradores e clientes; é recomendada a presença de uma pessoa para cada cinco metros quadrados e o distanciamento mínimo permitido é de 1,5 metro; e, não é recomendada a circulação de pessoas dos grupos de risco (60 anos ou mais, diabéticos, cardiopatas, hipertensos ou gestantes).

O atendimento virtual permanece disponível através do endereço eletrônico www.rn.senac.br e do canal de telefone e WhatsApp 4005-1000.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - **SENAC** RN

Fecomércio, CDL Natal e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao Centro da capital

Clique aqui para abrir a imagem

O presidente da Fecomércio, **Marcelo Queiroz**, juntamente com outros dirigentes de entidades empresariais do estado, participa na manhã desta terça-feira (7), a partir das 8h, de mais uma ação de conscientização dentro do SOS Protocolos, que consiste em orientar os empresários e trabalhadores do comércio sobre as medidas impostas pelo Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica do Estado do Rio Grande do Norte no pós-pandemia. O ponto de partida da equipe será a Praça Kennedy, que fica na esquina das Avenidas João Pessoa com Rio Branco.

A partir desta terça-feira, aliás, terá início a Fração 2 da Fase 1 do Plano de Retomada, que prevê a reabertura de lojas dos segmentos de: Móveis, eletrodomésticos e colchões; Departamento de magazines (exceto de shoppings e Centro Comerciais); Agências de turismo; Calçados; Brinquedos, artigos esportivos e de caça e pesca; Instrumentos musicais e acessórios; Equipamentos de áudio e vídeos; Eletrônicos/Informática e equipamentos de telefonia e comunicação; joalherias, relojoarias, bijuterias e artesanato; Cosméticos e perfumaria. Restaurantes, lanchonetes e food parks com até 300 m² também já podem abrir suas portas, respeitando o protocolo.

Além dos dirigentes, técnicos das entidades empresariais também visitam as empresas. Eles foram capacitados pelo Sebrae e estão aptos para tirar todas as dúvidas dos comerciantes e trabalhadores do comércio sobre quais medidas tomar para que cada estabelecimento funcione de acordo com o que o Protocolo de Biossegurança do Governo determina. O SOS Protocolos é uma realização da CDL Natal, Fecomércio RN e Sebrae RN, que conta com o apoio da Associação Comercial do RN, Facern, Aeba, Viva o Centro, Fiern e Fetronor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - MARCELO QUEIROZ

Maioria dos restaurantes deverá reabrir nesta terça, 7, no RN

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Mariana Ceci

Em seu restaurante, no bairro do Tirol, zona Leste de Natal, a empresária Lúcia Dantas, de 60 anos, fazia os últimos preparativos para a reabertura do empreendimento ao público. Mais de 100 depois do fechamento do salão por causa da pandemia do novo coronavírus, a segunda-feira, 6, foi deia de ampliar a higienização de talheres, empacotá-los, separar pratos e medir o distanciamento, de no mínimo dois metros entre as mesas, como determina o plano de retomada da economia elaborado pelo Governo do Estado. 'É uma nova era. Tudo é diferente, e vamos ter que nos adaptar e transformar', afirmou Lúcia Dantas.

Créditos: Alex Régis Lúcia Dantas, que há mais de 20 anos trabalha com refeições, faz ajustes finais no restaurante em Tirol para reabertura do salão

Nestes dias 7 e 8, quando está prevista a reabertura dos restaurantes e lanchonetes em Natal e no restante do Rio Grande do Norte, respectivamente, 51% dos proprietários desse tipo de negócio, como o administrado por Lúcia Dantas, pretendem abrir as portas. Os números foram obtidos com exclusividade pela TRIBUNA DO NORTE e fazem parte de uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Rio Grande do norte (Abrasel/RN).

A pesquisa recolheu respostas de 128 dos 150 associados à instituição. O universo de restaurantes e bares no Estado, no entanto, compreende cerca de cinco mil estabelecimentos, dos quais dois mil estão na capital. De acordo com o Plano de Retomada das Atividades Econômicas do Governo do RN, a primeira fase de reabertura está restrita aos estabelecimentos com até 300 metros quadrados, que comportem até quatro pessoas por mesa e mantenham o espaçamento mínimo de dois metros entre cada uma delas.

Restaurantes, lanchonetes e food parks que se encaixem nesses critérios vão poder abrir as portas, mas o consumo e a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos está proibido, e os bares que optarem por abrir deverão fazê-lo no modelo de Lei Seca, onde apenas a venda de alimentos e bebidas não-alcoólicas é permitido.

O presidente da Abrasel/RN, Artur Fontes, afirmou que a expectativa é que 'a maior parte'

dos estabelecimentos abra as portas neste dia 7 em Natal, e no dia 8 no restante do Estado. De acordo com ele, o setor está 'pronto para reabrir há muito tempo" no que diz respeito às adequações de segurança e higiene. 'Somos uma das poucas atividades frequentemente vigiadas por órgãos como a Vigilância Sanitária. Então, já temos normativas enraizadas no setor que foram aprimoradas", declarou Artur.

Impossibilidade

A impossibilidade de comercializar bebidas alcoólicas é o principal motivo apontando pelos 49% que afirmam que não pretendem reabrir os negócios agora. 'A questão da Lei Seca é um grande impeditivo para uma adesão maior nessa reabertura. Bares e restaurantes com foco em jantar, principalmente os de experiência mais intimista, não irão reabrir por causa da restrição', esclareceu Artur Fontes.

De acordo com a pesquisa 'O Turismo do Rio Grande do Norte no contexto da pandemia', elaborada pela Empresa Potiguar de Promoção Turística, a Emprotur, no setor de alimentos e bebidas houve uma queda de faturamento durante o isolamento social superior a 75%, em 72% dos estabelecimentos que responderam ao levantamento. De acordo com a pesquisa, apenas 6% afirmaram que não precisariam de acesso emergencial a crédito para não fecharem as portas definitivamente.

Pandemia provocou queda de 60% no faturamento

Lúcia Dantas foi uma das que sentiu uma queda considerável no faturamento. A empresária possui dois restaurantes, de gerência familiar. Um deles, localizado em Tirol, adaptou-se à nova realidade das plataformas de pedidos virtuais, como o Ifood. O outro, no entanto, localizado dentro do Tribunal de Contas do Estado, que ainda não tem data para retomar as atividades, vai continuar fechado por tempo indeterminado.

Créditos: Divulgação/Fecomercio RN
Funcionários da Fecomércio RN irão percorrer lojas orientando empresários e clientes no Centro

'O faturamento caiu na faixa dos 60%. Conseguimos nos manter porque temos uma clientela muito boa no hospital próximo ao Tribunal, e fizemos entregas por meio de quentinhas para quem antes ia até o restaurante. Mesmo assim, o impacto foi grande', relatou Lúcia Dantas enquanto organizava o restaurante que retomará as atividades integrais nesta terça-feira, na zona Leste da capital.

De acordo com a empresária, a expectativa é grande para a reabertura, apesar de ter ciência de que o movimento não vai retomar à normalidade tão cedo, mesmo com as portas abertas. 'Sabemos que, no primeiro momento, não vai encher, tem muita gente com medo e que não está saindo. O restaurante do Tribunal, por exemplo, ainda não tem nem perspectiva, e assim vai ficar até essa situação passar', afirmou.

Medidas

Dentre as medidas que já foram adotadas no restaurante, estão o distanciamento mínimo de dois metros entre às mesas, um metro entre as cadeiras dos clientes, empacotamento de talheres e utilização de sachês descartáveis individuais para temperos, por exemplo.

De acordo com o presidente da Abrasel/RN, Artur Fontes, os protocolos de segurança propostos pelo setor visam contemplar dos

pequenos aos grandes restaurantes e, para isso, foram pensadas alternativas de baixo custo que podem ser adotadas por todos. 'É o caso da utilização da ventilação natural, por exemplo. Também recomendamos a utilização de um totem de álcool em gel na entrada do estabelecimento, além de outros pontos espalhados pelo local. Tudo foi pensado para que possa, de fato, ser executado do grande restaurante ao pequeno', afirmou.

'SOS Protocolos' chega à Cidade Alta

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN), **Marcelo Queiroz**, juntamente com outros dirigentes de entidades empresariais do Estado, participa na manhã desta terça-feira, 7, a partir das 8h, de mais uma ação de conscientização dentro do SOS Protocolos, que consiste em orientar os empresários e trabalhadores do comércio sobre as medidas impostas pelo Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica do Estado do Rio Grande do Norte no pós-pandemia. O ponto de partida da equipe será a Praça Kennedy, que fica na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua João Pessoa, na Cidade Alta.

A partir desta terça-feira terá início a Fração 2 da Fase 1 do Plano de Retomada, que prevê a reabertura de lojas dos segmentos de: móveis, eletrodomésticos e colchões; departamento de magazines (exceto de shoppings e centro comerciais); agências de turismo; lojas de calçados; lojas de brinquedos; lojas artigos esportivos e de caça e pesca; lojas de instrumentos musicais e acessórios; lojas de equipamentos de áudio e vídeos; eletrônicos/informática e equipamentos de telefonia e comunicação; joalherias, relojoarias, bijuterias e artesanato; cosméticos e perfumaria.

Além dos dirigentes, técnicos das entidades empresariais também visitarão as empresas. Eles foram capacitados pelo Sebrae/RN e estão aptos para tirar todas as dúvidas dos comerciantes e trabalhadores do comércio sobre quais medidas tomar para que cada estabelecimento funcione de acordo com o que o Protocolo de Biossegurança do Governo determina. O SOS Protocolos é uma realização da CDL Natal, Fecomércio RN e Sebrae RN, que conta com o apoio da Associação Comercial do RN, Facern, Aeba, Viva o Centro, Fiern e Fetronor.

Veja abaixo o cronograma de retomada das atividades

Fase Alimentação 1

Permitida abertura de restaurantes, lanchonetes e food parks de até 300 metros quadrados, de mesas de até quatro pessoas, com consumo e venda de bebidas alcoólicas proibidos nos estabelecimentos. Os locais deverão manter o espaçamento de dois metros entre cada mesa, e de no mínimo um m de distância entre os clientes. Válido a partir do dia 7 de julho em Natal, e 8 de julho no restante do Rio Grande do Norte.

Fase Alimentação 2

Podem abrir restaurantes, lanchonetes e food-parks com tamanho superior a 300 metros quadrados, seguindo os mesmos procedimentos de segurança da Fase 1. Não está autorizada a promoção de shows, festas e afins. A música ao vivo é permitida, desde que limitada a uma pessoa apenas (um músico com seu instrumento). Prevista para iniciar no dia 28 de julho.

Protocolos gerais

Aferição de temperatura de clientes e fornecedores antes deles entrarem em contato com os colaboradores;

Uso obrigatório de máscara, com retirada permitida somente para a refeição;

Readequação dos salões, com distanciamento de dois metros entre as mesas e um metro entre cadeiras;

Higienização reforçada de mesas e cadeiras;

Instalação de áreas de lavabo, disposição de álcool em gel em pontos do local;

Organizar turnos específicos para limpeza, sem contato com as demais atividades do estabelecimento;

Limitar o número de pessoas por mesa a 4, mantendo o distanciamento recomendando;

Cobrir máquina de pagamento de cartão com filme plástico para facilitar a higienização após o uso;

Proibir cumprimentos físicos entre funcionários e clientes.

Comércio

Veja o que reabre nesta terça, 7:

Lojas dos segmentos de: móveis, eletrodomésticos e colchões; departamento de magazines (exceto de shoppings e centro comerciais); agências de turismo; lojas de calçados; lojas de brinquedos; lojas artigos esportivos e de caça e pesca; lojas de instrumentos musicais e acessórios; lojas de equipamentos de áudio e vídeos; eletrônicos/informática e equipamentos de telefonia e comunicação; joalherias, relojoarias, bijuterias e artesanato; cosméticos e perfumaria.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - MARCELO QUEIROZ

Fecomércio, CDL Natal e Sebrae levam ´SOS Protocolos` ao Centro da capital

Clique aqui para abrir a imagem

O presidente da Fecomércio RN, **Marcelo Queiroz**, juntamente com outros dirigentes de entidades empresariais do estado, participa na manhã desta terça-feira, 7, a partir das 8h, de mais uma ação de conscientização dentro do SOS Protocolos, que consiste em orientar os empresários e trabalhadores do comércio sobre as medidas impostas pelo Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica do Estado do Rio Grande do Norte no pós-pandemia. O ponto de partida da equipe será a Praça Kennedy, que fica na esquina das Avenidas João Pessoa com Rio Branco.

A partir desta terça-feira, aliás, terá início a Fração 2 da Fase 1 do Plano de Retomada, que prevê a reabertura de lojas dos segmentos de: Móveis, eletrodomésticos e colchões; Departamento de magazines (exceto de shoppings e Centro Comerciais); Agências de turismo; Calçados; Brinquedos, artigos esportivos e de caça e pesca; Instrumentos musicais e acessórios; Equipamentos de áudio e vídeos; Eletrônicos/Informática e equipamentos de telefonia e comunicação; joalherias, relojoarias, bijuterias e artesanato; Cosméticos e perfumaria. Restaurantes, lanchonetes e food parks com até 300 m² também já podem abrir suas portas, respeitando o protocolo.

Além dos dirigentes, técnicos das entidades empresariais também visitam as empresas. Eles foram capacitados pelo Sebrae e estão aptos para tirar todas as dúvidas dos comerciantes e trabalhadores do comércio sobre quais medidas tomar para que cada estabelecimento funcione de acordo com o que o Protocolo de Biossegurança do Governo determina. O SOS Protocolos é uma realização da CDL Natal, Fecomércio RN e Sebrae RN, que conta com o apoio da Associação Comercial do RN, Facern, Aeba, Viva o Centro, Fiern e Fetronor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - MARCELO QUEIROZ

Maioria dos restaurantes reabre hoje

TRIBUNA DO NORTE
natal

Maioria dos restaurantes reabre hoje

« RETOMADA » Com novos critérios de biossegurança, 51% dos empreendimentos ligados à Abrasel/RN irão reabrir os salões ao público. No Comércio, lojas de móveis, eletrodomésticos e brinquedos nas ruas reabrem

POR FAVOR AO ENTRAR HIGIENIZE SUAS MÃOS

Pandemia provocou queda de 60% no faturamento

'SOS Protocolos' chega à Cidade Alta

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: MARIANA CECI

Em seu restaurante, no bairro do Tirol, zona Leste de Natal, a empresária Lúcia Dantas, de 6o anos, fazia os últimos preparativos para a reabertura do empreendimento ao público. Mais de too depois do fechamento do salão por causa da pandemia do novo co-ronavírus, a segunda-feira, 6, foi deia de ampliar a higienização de talheres, empacotá-los, separar pratos e medir o distanciamento, de no mínimo dois metros entre as mesas, como determina o plano de retomada da economia elaborado pelo Governo do Estado. “É uma nova era. Tudo é diferente, e vamos ter que nos adaptar e transformar”, afirmou Lúcia Dantas.

Nestes dias 7e 8, quando está prevista a reabertura dos restaurantes e lanchonetes em Natal e no restante do Rio Grande do Norte, respectivamente, 51% dos proprietários desse tipo de negócio, como 0 administrado por Lúcia Dantas, pretendem abrir as portas. Os números foram obtidos com exclusividade pela TRIBUNA DO NORTE e fazem parte de uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Rio Grande do norte (Abrasel/RN).

A pesquisa recolheu respostas de 128 dos 150 associados à instituição. 0 universo de restaurantes e bares no Estado, no entanto, compreende cerca de cinco mil estabelecimentos, dos quais dois mil estão na capital. De acordo com 0 Plano de Retomada das Atividades Econômicas do Governo do RN, a primeira fase de reabertura está restri-

Lúcia Dantas foi uma das que sentiu uma queda considerável no faturamento. A empresária possui dois restaurantes, de gerência familiar. Um deles, localizado em Tirol, adaptou-se à nova realidade das plataformas de pedidos virtuais, como 0 Ifood. 0 outro, no entanto, localizado dentro do Tribunal de Contas do Estado, que ainda não tem data para retomar as atividades, vai continuar fechado portem-po indeterminado.

“0 faturamento caiu na faixa dos 60%. Conseguimos nos manter porque temos uma clientela muito boa no hospital próximo ao Tribunal, e fizemos entregas por meio de quenti-nhas para quem antes ia até 0 restaurante. Mesmo assim, 0 impacto foi grande”, relatou Lúcia Dantas enquanto organizava 0 restaurante

que retomará as atividades integrais nesta terça-feira, na zona Leste da capital.

De acordo com a empresária, a expectativa é grande para a reabertura, apesar de ter ciência de que 0 movimento não vai retomar à normalidade tão cedo, mesmo com as portas abertas. “Sabemos que, no primeiro momento, não vai encher, tem muita
Somos uma das poucas atividades frequentemente vigiadas por órgãos como a Vigilância Sanitária. Então Já temos normativas enraizadas no setor que foram aprimoradas"

ARTUR FONTES

Presidente da Abrasel/RN
gente com medo e que não está saindo. 0 restaurante do Tribunal, porexemplo, ainda não tem nem perspectiva, e assim vai ficar até essa situação passar”, afirmou.

Medidas

Dentre as medidas que já foram adotadas no restaurante, estão 0 distanciamento mínimo de dois metros entre às mesas, um metro entre as cadeiras dos clientes, empacotamento de talheres e utilização de sachês descartáveis individuais para temperos, por exemplo.

De acordo com 0 presidente da Abrasel/RN, Artur Fontes, os protocolos de segurança propostos pelo setor visam contemplar dos pequenos aos grandes restaurantes e, para isso, foram pensadas alternativas de baixo custo que podem ser adotadas por todos. “É 0 caso da utilização da ventilação natural, por exemplo. Também recomendamos a utilização de um totem de álcool em gel na entrada do estabelecimento, além de outros pontos espalhados pelo local. Tudo foi pensado para que possa, de fato, ser executado do grande restaurante ao pequeno”, afirmou.

ta aos estabelecimentos com até 300 metros quadrados, que comportem até quatro pessoas por mesa e mantenham 0 espaçamento mínimo de dois metros entre cada uma delas.

Restaurantes, lanchonetes e food parks que se encaixem nesses critérios vão poder abrir as portas, mas 0 consumo e a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos está proibido, e os bares que optarem por abrir deverão fazê-lo no modelo de Lei Seca, onde apenas a venda de alimentos e bebidas não-alcoólicas é permitido.

0 presidente da Abrasel/RN, Artur Fontes, afirmou que a expectativa é que “a maior parte” dos estabelecimentos abra as portas neste dia 7 em Natal, e no
0 presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN), **Marcelo Queiroz**, juntamente com outros dirigentes de entidades empresariais do Estado, participa na manhã desta terça-feira, 7, a partir das 8h, de mais uma ação de conscientização dentro do SOS Protocolos, que consiste em orientar os empresários e trabalhadores do comércio sobre as medidas impostas pelo Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica do Estado do Rio Grande do Norte no pós-pandemia. 0 ponto de partida da equipe será a Praça Kennedy, que fica na esqui-
dia 8 no restante do Estado. De acordo com ele, 0 setor está “pronto para reabrir há muito tempo" no que diz respeito às adequações de segurança e higiene. “Somos uma das poucas atividades frequentemente vigiadas por órgãos como a Vigilância Sanitária. Então, já temos normativas enraizadas no setor que foram aprimoradas", declarou Artur.

Impossibilidade

A impossibilidade de comercializar bebidas

alcoólicas é 0 principal motivo apontando pelos 49% que afirmam que não pretendem reabrir os negócios agora. “A questão da Lei Seca é um grande impeditivo para uma adesão maior nessa
na da Avenida Rio Branco com a Rua João Pessoa, na Cidade Alta.

A partir desta terça-feira terá início a Fração 2 da Fase 1 do Plano de Retomada, que prevê a reabertura de lojas dos segmentos de: móveis, eletrodomésticos e colchões; departamento de magazines (exceto de shoppings e centro comerciais); agências de turismo; lojas de calçados; lojas de brinquedos; lojas artigos esportivose de caça e pesca; lojas de instrumentos musicais e acessórios; lojas de equi-pamentos de áudioe videos; eletrô-nicos/informáticaeequipamentos detelefoniaecomunicação;joalhe-rias, relojoarias, bijuterias e arte-
reabertura. Bares e restaurantes com foco em jantar, principalmente os de experiência mais intimista, não irão reabrir por causa da restrição”, esclareceu Artur Fontes.

De acordo com a pesquisa “0 Turismo do Rio Grande do Norte no contexto da pandemia”, elaborada pela Empresa Potiguar de Promoção Turística, a Empro-tur, no setor de alimentos e bebidas houve uma queda de faturamento durante 0 isolamento social superior a 75%, em 72% dos estabelecimentos que responderam ao levantamento. De acordo com a pesquisa, apenas 6% afirmaram que não precisariam de acesso emergencial a crédito para não fecharem as portas definitivamente.
sanato; cosméticos e perfumaria.

Além dos dirigentes, técnicos das entidades empresariais também visitarão as empresas. Eles foram capacitados pelo Se-brae/RN e estão aptos para tirar todas as dúvidas dos comerciantes e trabalhadores do comércio sobre quais medidas tomar para que cada estabelecimento funcione de acordo com 0 que 0 Protocolo de Biossegurança do Governo determina. 0 SOS Protocolos é uma realização da CDL Natal, Fecomércio RN e Sebrae RN, que conta com 0 apoio da Associação Comercial do RN, Facern, Aeba, Viva 0 Centro, Fiern e Fetronor.
Entenda a reabertura

Veja abaixo 0 cronograma de retomada das atividades

Fase Alimentação 1

Permitida abertura de restaurantes, lanchonetes e food parks de até 300 metros quadrados, de mesas de até quatro pessoas, com consumo e venda de bebidas alcoólicas proibidos nos estabelecimentos. Os locais deverão manter 0 espaçamento de dois metros entre cada mesa, e de no mínimo um m de distância entre os clientes. Válido a partir do dia 7 de julho em Natal, e 8 de julho no restante do Rio Grande do Norte.

Fase Alimentação 2

Podem abrir restaurantes, lanchonetes e food-parks com tamanho superior a 300 metros quadrados, seguindo os mesmos procedimentos de segurança da Fase 1. Não está autorizada a promoção de shows, festas e afins. A música ao vivo é permitida, desde que limitada a uma pessoa apenas (um músico com seu instrumento). Prevista para iniciar no dia 28 de julho.

Protocolos gerais

¦Aferição de temperatura de clientes e fornecedores antes deles entrarem em contato com os colaboradores;

¦Uso obrigatório de máscara, com retirada permitida somente para a refeição;

¦Readequaçâo dos salões, com distanciamento de dois metros entre as mesas e um metro entre cadeiras;

¦Higienização reforçada de mesas e cadeiras;

¦Instalação de áreas de lavabo, disposição de álcool em gel em pontos do local;

¦Organizar turnos específicos para limpeza, sem contato com as demais atividades do estabelecimento;

¦Limitar 0 número de pessoas por mesa a ir, mantendo 0 distanciamento recomendando;

¦Cobrir máquina de pagamento de cartão com filme plástico para facilitar a higienização após 0 uso; ¦Proibir cumprimentos físicos entre funcionários e clientes.

COMÉRCIO

Veja o que reabre nesta terça, 7:

Lojas dos segmentos de: móveis, eletrodomésticos e colchões; departamento de magazines (exceto de shoppings e centro comerciais); agências de turismo; lojas de calçados; lojas de brinquedos; lojas artigos esportivos e de caça e pesca; lojas de instrumentos musicais e acessórios; lojas de equipamentos de áudioe vídeos; eletrônicos/informática e equipamentos de telefonia e comunicação; joalherias, relojoarias, bijuterias e artesanato; cosméticos e perfumaria.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - MARCELO QUEIROZ

Para cada emprego formal fechado, dois informais ficaram sem trabalho

Clique aqui para abrir a imagem

O vendedor de panos de prato André Nunes, de 30 anos, agora pede trocados para almoçar em um restaurante popular. A diarista Larissa Nogueira, de 45, espera por uma cesta básica na porta de uma igreja. Aos 53, o guardador de carros Rogério Silva teve de voltar a morar com a filha. Sem ocupação desde o início da pandemia da covid-19 no Brasil, eles são o retrato do grupo que mais sente a falta de trabalho: os informais.

Se os impactos da pandemia da covid-19 vão se mostrando mais cruéis no **mercado** de trabalho, o peso é maior sobre os brasileiros em funções precárias. Para cada trabalhador com carteira assinada que ficou desempregado, dois informais ficaram sem trabalhar entre o trimestre encerrado em fevereiro e os três meses até maio, segundo cálculos do professor sênior da Universidade de São Paulo (USP) Hélio Zylberstajn, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No período, 3,98 milhões de informais perderam sua principal fonte de renda. No caso dos formais, 1,99 milhão ficaram desocupados.

Reportagem do Estadão publicada na última semana mostrou que, de maneira inédita, mais da metade da população brasileira em idade para trabalhar estava sem ocupação no trimestre encerrado em maio, segundo o IBGE.

Sem acesso à rede de proteção social do trabalho com carteira assinada, o informal está mais exposto aos efeitos das crises.

Geralmente estão em funções que dependem da renda dos demais trabalhadores e ficam sem opção quando há uma queda da atividade econômica.

Na crise atual, que tem limitado a circulação de milhões de pessoas pelas cidades brasileiras, o vendedor de café parou de trabalhar na porta do metrô e o camelô perdeu a freguesia. 'O grupo informal foi o que mais sofreu logo no início da quarentena. Para eles, a ocupação se dissipou imediatamente, na medida em que a demanda por seus serviços desapareceu', diz Zylberstajn.

Segundo o economista, também serão os

informais que devem puxar a recuperação do **mercado** de trabalho no ano que vem, já que tradicionalmente as empresas demoram a recontratar, e as pessoas voltam para o **mercado** como podem. Em 2017, logo após a última recessão, o número de brasileiros trabalhando por conta própria e sem carteira assinada superou pela primeira vez o daqueles que tinham um emprego formal. O ano terminou com 34,3 milhões de informais e por conta própria, ante 33,3 formais, segundo o IBGE.

Na avaliação de Zylberstajn, o melhor desempenho do emprego formal durante a pandemia indica que as medidas de redução de jornada de trabalho e de **salário** e a suspensão dos contratos, embora duras, ajudaram a manter empregos. 'O prejuízo foi contido, sem a Medida Provisória 936 teria sido pior'.

Ainda, assim, um levantamento feito por pesquisadores do Instituto Brasileiro de **Economia**, da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) aponta que, em função de redução de **salário** por conta da pandemia, 3,8% das famílias acabaram atrasando o pagamento de contas, enquanto 9,1% ficaram inadimplentes por terem perdido o emprego. De acordo com Viviane Seda, do Ibre, as dificuldades das famílias podem ter efeito redutor na recuperação da **economia** em 2021.

O diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Clemente Ganz Lúcio pondera que a crise vai deixar um contingente de endividados e corroer a renda sobretudo entre os informais, mesmo com medidas como o auxílio emergencial de R$ 600 para a baixa renda. 'E enquanto outros países já trabalham para pensar a saída da crise, o governo do Brasil fala em reformas'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

'Vamos fazer quatro grandes privatizações em até 90 dias', diz Guedes

Clique aqui para abrir a imagem

O governo brasileiro fará quatro grandes privatizações em até 90 dias, afirmou o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, em entrevista neste domingo à CNN. "Vocês vão saber já, já. Estamos há um ano mapeando isso", disse. Ele reconheceu que as privatizações, até agora, não caminharam no ritmo desejado. "A prioridade no início era Previdência, mudança de mix entre regime fiscal e monetário, e mudar trajetória dos salários do funcionalismo, que cresciam muito acima da inflação", disse o ministro.

Guedes não quis detalhar quais serão as companhias privatizadas nesse curto prazo. Ao ser perguntado se os Correios estavam incluídos, ele respondeu: "Seguramente, não vou falar quando (será a privatização), mas seguramente".

Na entrevista, Guedes também detalhou projetos para a indústria brasileira. Ele afirmou que as indústrias terão menos encargos e menos subsídios. O setor automotivo, por exemplo, terá crédito de curto prazo daqui até o final do ano com garantia matriz. Segundo o ministro, o governo atual mudará o que era feito em governos anteriores. "Guerra fiscal é suicida", disse. "Estados se matam perdendo receita, indústria se perde correndo atrás de subsídio, e resultado é um desastre. Então não contem conosco para continuar no mesmo jogo equivocado que vocês (indústria automotiva) têm feito. Agora vai ser diferente."

Guedes acredita que o novo cenário econômico é positivo para a indústria. "Vamos para impostos mais baixos, temos **juros** baixos e câmbio acima de R$ 5, isso empurra Brasil em direção a vantagem comparativa", afirmou. "Se conseguirmos exportar mais para a Ásia - não só a China -, o Brasil terá boom de crescimento extraordinário nos próximos anos. E nossa indústria vai resistir melhor do que hoje, porque hoje tem impostos excessivos e o clima de negócios não é próprio".

5G

Guedes ressaltou o cenário geopolítico atual ao ser perguntado sobre a possibilidade de empresas chinesas servirem o Brasil na implantação das redes 5G. "Essa suspeição dos Estados Unidos e de parte do Ocidente em relação ao regime chinês (por causa, entre outros fatores, da covid-19) vem em momento ruim, justamente quando precisamos dar um salto na tecnologia", disse ele. Por causa dessa suspeição, disse ele, os países ocidentais estão

refletindo sobre os riscos de usar companhias chinesas.

Marcos regulatórios

O ministro da **Economia** afirmou, ainda, que projetos que tramitam no Congresso podem deslanchar investimentos para a retomada econômica do País após a covid-19. "Como destravar investimentos? O exemplo foi o Congresso, que aprovou o projeto do saneamento", disse na entrevista à CNN Brasil. "Agora vem a cabotagem, depois vem o setor elétrico, depois vem as concessões e privatizações. Todas essas são novas fronteiras de investimento. Tem também a fronteira de gás natural", completou.

Ele acredita que, de 60 a90 dias, o País vai "surpreender o mundo" ao destravar investimentos, como surpreendeu ao aprovar a Reforma da Previdência.

Outra mudança necessária, de acordo com Guedes, é no setor de petróleo. "Se nenhuma das principais petroleiras do mundo compareceu ao leilão de concessão onerosa, tem alguma coisa errada", afirmou. "Vamos ter de mudar o sistema de partilha, pois não funciona como deveria", completou. Ele elogiou um projeto do senador José Serra (PSDB-SP), que permite a escolha entre partilha ou concessão.

Essas mudanças seriam fundamentais, diz Guedes, porque, apesar de ter preservado os "sinais vitais" econômicos, o governo teria quebrado em nível federal, e segue rumo aos 100% da relação entre dívida pública e Produto Interno Bruto (PIB).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Saiba como estão os planos de retomada econômica em cada estado

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: rodrigomatoso

Foto: © Rovena Rosa/Agência Brasil

Duas semanas depois do primeiro levantamento da Agência Brasil sobre os planos de retomada econômica em cada estado da federação e no Distrito Federal, a reportagem voltou a contactar as assessorias dos governos estaduais, para ver o que mudou nos últimos 15 dias.

Veja abaixo o levantamento completo:

Região Norte

Acre

No Acre, houve pouca alteração no cenário, desde o levantamento inicial da Agência Brasil. No dia 12 do mês passado, o governo estadual apresentou o plano Convívio sem Covid, que cria diretrizes para a retomada a partir de indicadores que serão utilizados para definir os planos por município e setor. A autorização da volta de atividades não essenciais será baseada na redução do surgimento de novos casos, na quantidade de testagem, na disponibilidade de novos leitos e no número de internações e na quantidade de mortes em decorrência da pandemia. A medida de isolamento vigente foi prorrogada até segunda-feira (22).

Estão autorizados o funcionamento de serviços médicos, indústria em geral (mas mediante agendamento), empresas em cadeias produtivas de gêneros de primeira necessidade (como alimentos, medicamentos, limpeza, água, gás e combustíveis), supermercados, transporte em rios, restaurantes e oficinas em rodovias, lavanderias, borracharias, call centers, bancos e lotéricas, construção civil, hotéis, motéis e serviços de telecomunicações.

Pelas regras da administração estadual, seguem fechados shoppings, academias, cinemas, museus, teatros, clubes, bares, boates, clínicas de estética, salões de beleza, bem como lojas de roupas e sapatos, de eletrodomésticos e de conveniência. Também estão proibidas as aulas nas redes públicas e privada, assim como em faculdades.

Amazonas

No dia 29 de junho, o governo deu início ao terceiro ciclo do Plano de Retomada Gradual das Atividades Não Essenciais. Nesta etapa, ficam liberados para funcionamento cabeleireiros, barbearias e centros de estética, academias, stands de imobiliárias e lojas de artesanatos, doces, artigos de caça e pesca, objetos de arte, fogos de artifício, armas e munições, bem como vendas de imobiliárias. Além disso, foram reabertos parques, espaços públicos, atrações turísticas e feiras do produtor, organizadas pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS).

Para as atividades liberadas, foram estabelecidas exigências como distanciamento mínimo de 1,5 metro (m), controle de aglomerações, uso obrigatório de máscara promoção da higiene pessoal com disponibilização de álcool em gel e desinfecção dos locais. Os responsáveis pelos locais devem empregar ações de orientação a funcionários e clientes, além de acompanhar a saúde dos trabalhadores. O não cumprimento das obrigações pode ensejar punições como a suspensão da autorização de funcionamento.

No meio de junho, já haviam sido liberadas atividades do segundo ciclo, entre as quais livrarias, assistência técnica, imobiliárias, comércios cosméticos, de animais e de materiais de escritório, bem como lojas de informática, de eletrodomésticos e de departamento. Seguem suspensos eventos promovidos pelo governo, aulas da rede estadual de ensino, visitação a presídios e a centros de detenção para menores, serviço de transporte fluvial de passageiros, visitação a pacientes internados com covid-19 e funcionamento de todas as boates, casas de shows, bares, salões de festas e parques de diversão.

Amapá

O governador Waldez Góes assinou decretos no dia 30 de junho prorrogando a quarentena por mais 15 dias. Já a suspensão das aulas foi estendida por mais 30 dias. A norma assegura a prerrogativa dos gestores municipais para definirem as medidas de distanciamento social de suas respectivas cidades. Contudo, os decretos trazem diretrizes para o Poder Público no estado.

Até 15 de julho, ficam proibidos de abrir: estabelecimentos comerciais, shoppings centers, cinemas, clubes, buffets, academias, bares, restaurantes, boates, teatros, casas de shows, centros culturais, clínicas de estética, lojas de conveniência, eventos religiosos em locais públicos e moteis. T

ambém não são permitidos agrupamentos de pessoas em locais públicos. Conforme o Decreto 2.026 de 30 de junho, os serviços públicos essenciais - como saúde, segurança e atendimento integrado ao cidadão - permanecem autorizados a funcionar, mas devem ser adotadas medidas para prevenir e mitigar a transmissão do vírus entre servidores e usuários desses serviços.

Pará

O governo estadual atualizou no dia 2 de julho a classificação de risco do plano Retoma Pará. Pelo projeto, o estado foi dividido em regiões de acordo com indicadores como taxa de crescimento dos novos casos e de hospitalizações, leitos de UTI com ventiladores

disponíveis, quantidade de equipamentos de proteção individual e índice de presença de equipes de saúde.

A região Nordeste do estado, passou para a bandeira amarela, em que o plano de abertura pode ser expandido para mais segmentos. Três das oito regiões (Marajó Oriental, Carajás e Marajó Ocidental) estão na bandeira laranja, autorizadas a definir as atividades não essenciais que podem ser abertas. É permitido, por exemplo, o funcionamento de concessionárias, indústrias, comércio de rua, shoppings, salão de beleza e construção civil, todas com metade da capacidade. Igrejas podem realizar atividades, mas com até 100 pessoas. Ainda não podem abrir escolas, academias, espaços públicos, atividades imobiliárias e clubes sociais.

Em outras quatro regiões (Araguaia, Tapajós, Xingu e Baixo Amazona) estão na zona vermelha. Nestas cidades, são permitidos apenas os serviços considerados essenciais. Nesta etapa, fica proibida a abertura de espaços públicos, imobiliária, academias, teatro e cinemas, bares, restaurantes, shopppings, eventos com aglomeração e igrejas.

Rondônia

No dia 15 de junho, foi assinado o Decreto 25.138 disciplinando a retomada das atividades econômicas. Os municípios foram classificados em grupos para a definição das fases dentro do plano de ação estabelecido. Essa divisão levou em consideração aspectos como a taxa de ocupação de leitos. Se a ocupação de leitos ficar acima de 80%, a cidade se enquadra na Fase 1, de distanciamento social ampliado.

Quando o índice fica abaixo de 80%, a cidade passa à Fase 2, chamada distanciamento social seletivo. Nesta etapa, ficam liberadas atividades como cultos religiosos e shoppings (sem a liberação de praças de alimentação), concessionárias, academias, salões de belezas e lojas de roupas, informática, eletrodomésticos e sapatos, entre outros.

Conforme o cenário epidemiológico melhora e a ocupação dos leitos cai, cidades podem passar para a Fase 3, de abertura comercial seletiva. Nela fica permitido o funcionamento de todo o comércio, à exceção de casas de shows, boates, bares e restaurantes e eventos com mais de 10 pessoas. Esses eventos serão autorizados apenas a cidades na Fase 4, de prevenção contínua.

Na Portaria Conjunta nº 11, publicada em 29 de junho, as cidades do estado foram enquadradas da seguinte forma: 23 cidades na Fase 1, incluindo a capital Porto Velho e cidades populosas como Ji-Paraná e Ariquemes, e 29 municípios na Fase 3 (praticamente todos com população abaixo de 20 mil habitantes).

Roraima

No dia 16 de junho, o governo publicou o decreto Decreto Nº 28.956-E, liberando viagens intermunicipais e interestaduais de transporte terrestre. As empresas que fornecem o serviço devem garantir exigências como fornecimento de álcool gel 70% aos passageiros, higienização dos veículos e lotação de até 75% da capacidade, além de reduzir o número de linhas e viagens em 50%.

No restante, segue em vigor o Decreto 28.662-

E, de 22 de março, que definiu as medidas de isolamento social no estado. A norma autoriza o funcionamento de supermercados, açougues, bancos e lotéricas, hospitais e clínicas, farmácias, escritórios de advocacia, comércio de alimentos e medicamentos para animais, postos de combustíveis, oficinas, telecomunicações e internet, call centers e serviços de provimento de água, esgoto e energia elétrica, além de indústrias, serviços agropecuários e meios de comunicação. Os restaurantes e estabelecimentos que servem refeições foram autorizados a operar em sistema de entrega ou de busca no local.

Assim como em outros estados, aos setores permitidos foram estabelecidas obrigações, como disponibilização de álcool gel, fornecimento de máscaras, desinfecção frequente do ambiente e superfícies, controle das aglomerações nos locais, adoção de revezamento e escalas para os trabalhadores e distanciamento mínimo de 2 metros entre funcionários e clientes.

Tocantins

A suspensão das aulas e o regime especial de trabalho dos servidores foram prorrogados até o dia 31 de julho. Os trabalhadores do governo local estão operando na modalidade remota e cumprindo jornada de seis horas. As demais atividades ficam disciplinadas de acordo com o Decreto 6.083, de 13 de abril, e o Decreto 6.092, de 5 de maio, que trouxeram recomendações às prefeituras sobre as medidas de distanciamento. Entre elas está a proibição de serviços não essenciais a exemplo de shoppings, galerias, bares, restaurantes e feiras. Ficaram de fora da recomendação farmácias, clínicas e locais de atendimento médico, entrega de refeições, supermercados, agências bancárias e postos de combustíveis.

Para os demais estabelecimentos comerciais, foram indicadas medidas de segurança como o distanciamento em filas e marcação para sinalizar esse espaço mínimo, manutenção de ambientes arejados, disponibilização de álcool em gel e local para lavagem das mãos, sistema de escala e revezamento de jornada e fixação de horários especiais para atendimento a idosos.

O decreto também obrigou o uso de máscara no estado. Estão fechados parques e unidades de conservação e há restrição de visitas a prisões e unidades socioeducativas e a limitação de eventos de caráteres público ou privado que gerem aglomeração. O transporte público só pode funcionar com metade da capacidade de passageiros sentados. As aulas seguem suspensas no estado.

Região Nordeste

Alagoas

Em Alagoas, devido à retração do número de casos de covid-19 em Maceió, houve avanço na fase do protocolo de distanciamento social controlado, informou o governo. Na última sexta-feira (3), a capital entrou na chamada fase laranja. Salões de beleza e barbearias podem operar com 50% da capacidade de atendimento.

Lojas de rua de até 400 m² de área, templos, igrejas e demais instituições religiosas podem receber pessoas até o limite de 30% da capacidade. Esses estabelecimentos passaram a poder funcionar junto ao grupo que já estava

liberado na etapa anterior, a fase vermelha. A medida, no entanto, é válida apenas para Maceió.

No interior do estado segue em vigência o decreto de isolamento social. Segundo o governador, Renan Filho, no interior ainda não há clareza da redução dos casos, por isso as demais cidades seguem na fase vermelha, para que haja mais tempo para consolidação da tendência de queda nos próximos dias. O governo do estado pretende continuar com a ampliação de leitos no interior, além de intensificar a fiscalização nos municípios.

O estado definiu um protocolo sanitário específico, publicado no Diário Oficial do Estado no último dia 15 de junho. O documento, de acordo com o governo, segue orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e evidências científicas do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (CDC). O protocolo divide a reabertura gradual entre as fases vermelha - que é a atual, exceto para a capital -; laranja; amarela; azul e verde.

Bahia

No estado da Bahia as medidas de restrição seguem em vigor: o Decreto n° 19.586, que determina a proibição de atividades, ficará em vigor até está segunda-feira (6), e o estado ainda não informou se irá prorrogá-lo.

A retomada econômica já está planejada: após diálogo com os setores da **economia** e trabalhadores, o governo elaborou o Plano de Contingência e de Reativação da **Economia**, mas ainda não há previsão de lançamento.

Algumas medidas de incentivo econômico já estão disponíveis: são duas linhas de crédito disponíveis para pequenos negócios pela Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia). A linha de crédito Fungetur, voltada para o segmento do turismo, irá beneficiar as empresas inscritas no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos, o Cadastur.

Antes da pandemia, esse crédito poderia ser financiado em 48 meses, com carência de seis meses. Durante a pandemia o período de parcelamento subiu para 60 meses e a carência passou para 12 meses. A taxa de **juros** atual é de 0,57% ao mês. Para os demais setores, há o crédito BNDES MPME, com taxa de **juros** 0,61% ao mês, com prazo total de 60 meses e carência que pode chegar a 24 meses.

Ceará

No último dia 22, a capital do estado, Fortaleza, iniciou a segunda fase do plano de retomada gradual das atividades econômicas e cotidianas. Segundo o governo, a decisão foi tomada em virtude da atual situação epidemiológica da capital, com redução do número de casos, de internações e de óbitos causados pela covid-19. Foi autorizado o funcionamento de restaurantes das 9h às 16h, de templos religiosos com 20% da capacidade de ocupação e a prática de exercícios físicos individuais ao ar livre. Assim como a ampliação do número de trabalhadores da indústria e do comércio autorizados a atuar.

Na mesma data, ficou decidido que os 43 municípios da Macrorregião de Saúde de

Fortaleza passam para a primeira etapa, enquanto as demais iniciam a fase de transição. Sobral e Juazeiro do Norte passaram adotar isolamento social rígido. No último dia 29, Barbalha, Crato, Brejo Santo, Tianguá e Iguatu também passaram a ter regras mais rígidas.

As etapas fazem parte do chamado Plano de Retomada Responsável das Atividades Econômicas e Comportamentais, que começou a ser implementado no início do mês passado. O processo de liberação da atividade econômica conta com uma fase inicial de transição em que estão contemplados 17 setores, e mais quatro fases de abertura, obedecendo a critérios técnicos, sanitários e epidemiológicos.

Maranhão

No estado, está em vigência desde o dia 20 de maio o plano geral de retomada, proposto no decreto nº 35.831, que trata das diretrizes por segmento. Atualmente, o plano encontra-se no estágio de abertura gradual das atividades econômicas, com observância às regras sanitárias e fiscalização dos estabelecimentos comerciais.

A cada semana são liberadas novas atividades econômicas, segundo o governo. Atualmente, podem funcionar, atendendo às regras sanitárias, o setor lojista, academias, salões de beleza, bares, restaurantes e organizações religiosas. Ainda estão impedidos de acontecer de forma presencial grandes eventos públicos que envolvam aglomerações, como shows, apresentações, congressos, seminários, passeatas, desfiles, torneios, jogos, apresentações teatrais, sessões de cinema e festas em casas noturnas.

Semanalmente, a Casa Civil lança portarias segmentadas de acordo com regras específicas para cada setor da **economia**, após aprovação da Secretaria de Saúde, por meio do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública do Estado do Maranhão. No dia 30 de junho foi publicado o Decreto n. 35.897, que prevê a retomada das atividades presenciais nas escolas a partir do dia 3 de agosto.

Paraíba

O estado atualizou, no último dia 29, a situação dos municípios em relação ao controle do avanço do novo coronavírus. Com base nos resultados, 12 municípios que se encontravam em fases mais avançadas de retomada das atividades econômicas tiveram que recuar e ampliar as medidas de isolamento social. Ao todo, 8 municípios passaram da bandeira amarela para a laranja, três cidades perderam a bandeira laranja e agora figuram na bandeira vermelha e o único que possuía a bandeira verde, Cacimbas, aparece agora com a bandeira amarela. A capital, João Pessoa, está com a bandeira laranja.

As classificações estão prevista no chamado Plano Novo Normal Paraíba, que define a retomada gradual das atividades, com base em indicadores como a quantidade percentual de novos casos, letalidade, ocupação da rede hospitalar da região e percentual de isolamento social. O estado propõe a classificação dos municípios por bandeiras: vermelha, laranja, amarela e verde. Segundo dados estaduais, a maioria dos municípios (96%) está com bandeiras laranja e amarela. Cada bandeira de

classificação corresponde a diferentes graus de restrição de serviços e atividades.

Os locais com bandeira vermelha têm as maiores restrições. A bandeira laranja permite o funcionamento apenas das atividades essenciais, a amarela têm restritas às atividades que representam maior risco para o controle da pandemia. Já a verde permite que todos os setores estejam em funcionamento, contanto que adotem medidas para o distanciamento social. Escolas, por exemplo, só podem voltar a funcionar na bandeira verde. Em todas as bandeiras podem funcionar atividades essenciais, como: restaurantes (com restrições) e lojas comerciais (apenas para delivery).

Pernambuco

De acordo com os dados do gabinete de enfrentamento à covid-19, os números de casos, óbitos e a demanda sobre o sistema de saúde permanecem em queda no estado de Pernambuco de maneira geral, puxados pela Região Metropolitana de Recife. Por isso, a partir de hoje (6), 50 municípios das Gerências Regionais de Saúde do Recife, Limoeiro e Goiana avançam para a 5ª etapa do Plano de Convivência com o novo coronavírus. Serão liberadas as atividades comerciais de vendas de automóveis com 100% da carga e os serviços de escritório com 50% da capacidade. Os jogos de futebol sem público e a retomada do polo de confecção permanecem suspensos. Na terça-feira (07), a situação dessas atividades será reavaliada. As regiões Agreste, Sertão e Mata Sul ainda não têm índices estabilizados, segundo o governo.

O Plano de Convivência das Atividades Econômicas com a Covid-19 começou a ser colocado em prática no dia 1º de junho. O plano prevê a retomada gradual das 32 atividades econômicas em atuação em Pernambuco, dividida em 11 etapas, com ordem de flexibilização das restrições definida a partir dos critérios de relevância do segmento para a **economia** versus o risco que a atividade representa para a população. Todos os setores que têm atividades liberadas recebem orientações sobre o protocolo geral de atividade, com diretrizes de distanciamento social, higiene, monitoramento e comunicação, além de protocolos específicos de funcionamento para proteger trabalhadores e clientes.

Segundo o governo do estado, os dados de contaminação e mortes, além da taxa de ocupação dos leitos para pacientes da covid-19 são analisados e monitorados pelo comitê socioeconômico. Semanalmente, o período é avaliado e, apresentando indicadores de controle ou estabilidade, a etapa é validada e o plano avança para a etapa seguinte. O monitoramento desses índices de saúde também são avaliados com recorte regional, o que baliza as decisões do governo para avançar onde há segurança e atuar com cautela nas regiões onde há índices fora da curva de estabilidade.

O estado foi dividido em 12 gerências regionais de Saúde (Geres), que podem avançar, estacionar ou recuar no plano, em resposta direta ao comportamento dos indicadores de saúde. Atualmente, dentre as 12 gerências, nove, espalhadas na Região Metropolitana, na Zona da Mata e no Sertão do Estado, estão na etapa 4 do plano. As outras três Geres, com sede nas cidades de Caruaru e Garanhuns, no

Agreste, e de Palmares, na Zona da Mata, estão na etapa 2. A partir de 6 de julho, as Geres do Recife, Limoeiro e Goiana, que contemplam 50 municípios, avançam para a etapa 5.

Piauí

Está em vigência no estado o chamado Pró-Piauí: Plano de Retomada das Atividades Econômicas. As primeiras atividades começam a ser retomadas na segunda-feira (6), de acordo com o governo estadual. Começam, então, a funcionar, atendendo às condições dos protocolos específicos e o protocolo geral de recomendações higiênicas e sanitárias, os seguintes setores: saúde animal, saúde humana, cadeia de serviços automotivos e construção civil. Para o iniciar o funcionamento, o estabelecimento é obrigado a apresentar o Plano de Segurança Sanitária e Contenção de covid-19 na modalidade simplificada ou ampliada, conforme a dimensão do estabelecimento. A retomada pode, de acordo com o governo, ser revista segundo as necessidades de contenção do alastramento de covid-19.

O plano de retomada prevê quatro fases, sendo a primeira a fase zero, que é a que o estado atualmente se encontra. Nesta fase, estão liberadas apenas as atividades essenciais. A partir da fase 1, começam a ser liberadas as atividades classificadas pelo estado como de alto impacto econômico, como indústrias de transformação, comércios, construção e agricultura. Na última fase, a fase 3, há a liberação de todas as atividades com protocolo de restrições sanitárias. Também são liberadas nesta fase as atividades artísticas, cultura, esporte e recreação.

A mudança de fase, de acordo com o governo, será precedida por uma avaliação epidemiológica, que acontecerá a cada 7 dias, com possibilidade de progressão para uma fase seguinte caso os indicadores se mantenham estáveis por duas semanas, levando em consideração o ciclo da covid-19. Segundo o documento, a avaliação ocupacional será por atividade econômica, considerando os riscos das ocupações diante da retomada e buscando minimizar a aglomeração de pessoas.

Rio Grande do Norte

O estado iniciou reabertura gradual na semana passada, no dia 1º, das atividades econômicas e do comércio. O Plano de retomada gradual é composto por três fases e tem previsão de duração de 35 dias. Para cada fase de abertura está previsto um bloco de atividades a serem progressivamente liberadas. Segundo o governo do estado, o objetivo é que sejam autorizadas inicialmente aquelas que economicamente se encontram em situação economicamente mais crítica, com maior capacidade de controle de protocolos e que geram pouca aglomeração. Na primeira fase, que deverá estar em vigência até o dia 14, está permitida a retomada de atividades comerciais e demais serviços e de restaurantes, lanchonetes e praças de alimentação de até 300 metros quadrados (m²) de área; com o limite de até quatro pessoas por mesa; 2 metros de distância entre as mesas e 1 metro entre as pessoas. Está proibido o consumo de bebida alcoólica nos estabelecimentos.

A retomada da atividade econômica paralisada estava prevista para 24 de junho. Porém, a alta

taxa de transmissibilidade do vírus e a alta taxa de ocupação dos leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) no período fizeram com que o Governo adiasse a reabertura por mais uma semana.

Sergipe

No último dia 29 o estado permitiu a reabertura de lojas de cosmético, perfumaria e higiene pessoal, livrarias, comércios de artigos de escritórios e papelaria, além de templos e atividades religiosas - limitados a 30% da capacidade de lotação. Salões de beleza, barbearias e estabelecimentos de higiene pessoal também puderam receber clientes. A reabertura corresponde à fase laranja, a segunda do Plano de Retomada e Abertura Gradual da **Economia**.

O plano prevê a reabertura de forma gradual em três fases. A primeira corresponde ao nível máximo de restrição de atividades não essenciais, com algumas flexibilizações. Em seguida, vêm as etapas laranja, identificada como controle; amarelo, de flexibilização; e verde, de abertura parcial ou normal controlado. A partir da primeira fase, cada uma das próximas etapas precisa obedecer a um prazo de 14 dias, e só haverá flexibilização caso os parâmetros de saúde estabelecidos no plano de retomada sejam cumpridos.

O estado alerta que o cronograma pode ser prorrogado, dependendo do comportamento dos indicadores epidemiológicos. Também poderá haver regresso à fase anterior. O principal indicador para a flexibilização e abertura do setor produtivo é a quantidade de leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) disponíveis para a população.

Centro-Oeste

Distrito Federal

O governador do Distrito Federal (DF), Ibaneis Rocha, anunciou na última, quinta-feira (2), o cronograma de nova flexibilização das medidas de distanciamento. Amanhã (7), voltam a funcionar salões de beleza, barbearias, centros estéticos e academias.

No dia 15, poderão abrir bares e restaurantes. O DF já havia liberado diversos tipos de comércio, como lojas de móveis e shoppings. Nesses estabelecimentos, não haverá mudança nos horários, como em outros estados. Apenas os bares e restaurantes não poderão ter música ao vivo, bem como a realização de eventos.

Foram elencadas obrigações de saúde, como garantia do distanciamento entre os clientes de pelo menos dois metros, utilização de equipamentos de proteção individual, revezamento dos trabalhadores, proibição de pessoas do grupo de risco nas equipes de trabalho, disponibilização de álcool em gel 70%, higienização dos estabelecimentos e banheiros, uso de máscaras de proteção facial e aferição da temperatura de trabalhadores e clientes.

O Decreto 40.939 do governador Ibaneis Rocha também instituiu a volta das aulas presenciais. No dia 27 de julho, entram no cronograma de reabertura as escolas, universidades e faculdades da rede privada. Em 3 de agosto, ficam autorizadas as instituições de ensino da rede pública. Para estas, haverá um retorno gradativo, começando

com as do ensino médio e indo para as séries inferiores, até chegar ao infantil. As creches são proibidas de abrir por determinação judicial.

Goiás

No dia 29 de junho, foi editado o Decreto 9.685, que instituiu a quarentena intermitente no estado, com duas semanas de suspensão de atividades e duas semanas de permissão de funcionamento. A quarentena vigorará até o dia 13 de julho. Nesta etapa, é autorizado o funcionamento apenas das atividades essenciais e das definidas no decerto.

Nos 14 dias de quarentena, são proibidas atividades religiosas, abertura de óticas, parques estaduais, distribuidoras de bebidas, restaurantes, feiras livres, lanchonetes, lojas comerciais, comércio ambulante, quiosques, bancas de jornais, escritórios de profissionais liberais, oficinas, borracharias, salões de beleza, barbearias, clínicas de estética, indústrias em geral, obras de construção civil e lojas de conveniência. Nos períodos de abertura, essas atividades são permitidas.

Independentemente do período, podem funcionar hospitais, laboratórios, consultórios médicos, supermercados, padarias, jornais, emissoras de TV, farmácias, petshops, clínicas veterinárias, delegacias, lojas de peças e máquinas agropecuárias, transporte coletivo e privado. Também está proibido em ambos os períodos a abertura de teatros, casas noturnas, boates, shows, cinemas, reuniões e eventos públicos, eventos festivos privados, academias, clubes, parques, salões de festas, hoteis e instituições de ensino.

Mato Grosso

O Mato Grosso ainda vai definir a necessidade de elaboração de um plano de retomada econômica, uma vez que a **economia** permanece em crescimento, informou a assessoria de imprensa do estado. 'A situação confortável deve-se a uma série de medidas de contenção de despesas e para o reequilíbrio fiscal do Estado, tomadas desde o ano passado, como a reforma administrativa, com redução no número de Secretarias, revisão dos contratos, recriação do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), revisão dos incentivos fiscais, entre outras'.

Segundo o governo, o faturamento tributável das empresas mato-grossenses entre os dias 22 e 28 de junho, teve um crescimento de 3,1% em relação à média anterior ao início da pandemia de covid-19, em março deste ano. É o que indica o 13º Boletim Econômico Especial divulgado pelo governo do Estado no dia 30 de junho. No entanto, o boletim acusa que a queda na arrecadação do ICMS chegou a R$ 79,8 milhões ou 8,8% a menos do que no início da pandemia.

Mas a agropecuária, principal atividade econômica do estado, teve o desempenho prejudicado. A queda no faturamento tributável caiu em relação à semana anterior e ficou 6,3% menor em relação à média anterior à pandemia. Na última semana, o faturamento diário foi de R$ 2,64 bilhões. Parte desse desempenho, destacou o governo, se deve a fatores sazonais do setor, como por exemplo, plantio, colheita e circulação dos grãos.

No entanto, o governo tomou ainda uma série de medidas, visando diminuir os impactos

Governo deverá anunciar planos para quatro grandes privatizações em até 90 dias, diz Paulo Guedes, sobre programa especial 'O Brasil Pós-Pandemia: a Retomada'

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: rodrigomatoso

Foto: Jorge William / Agência O Globo

O governo federal deverá anunciar planos para quatro grandes privatizações em período de '30, 60 a 90 dias'. A afirmação foi feita pelo ministro da **Economia**, Paulo Guedes, ao programa especial 'O Brasil Pós-Pandemia: a Retomada'. Questionado pelos âncoras William Waack e Rafael Colombo, ele disse que os nomes das estatais serão anunciados em breve.

Guedes mencionou apenas que 'há muito valor escondido debaixo das estatais'. 'As subsidiárias da Caixa são um bom exemplo. Ali, há R$ 30 bilhões, R$ 40 bilhões ou R$ 50 bilhões em um IPO (oferta primária de ações) grande', disse. Atualmente, a Caixa já tem pedido para oferta de ações da Caixa Seguridade - braço de seguros do banco - operação que poderia levantar cerca de R$ 15 bilhões, estima o **mercado** financeiro.

Outra empresa que o ministro quer oferecer à iniciativa privada são os Correios. 'Está na lista seguramente, só não vou falar quando (será a privatização). Eu gostaria de privatizar todas as estatais'.

Na semana passada, o secretário de desestatização do Ministério da **Economia**, Salim Mattar, anunciou que o governo quer privatizar pelo menos 12 estatais, mas ano que vem. Entre as empresas previstas para 2021, estão os Correios, Eletrobras, CBTU, Serpro, Dataprev e Telebrás. Para essa venda acontecer, no entanto, o governo precisará do aval do Congresso Nacional para algumas

empresas, como a Eletrobras.

Na entrevista à CNN, Guedes reconheceu que o ritmo das privatizações está mais lento que o esperado. 'Estamos atrasados sim, não tenho problema de admitir. Tenho de fazer um mea culpa de que elas não andaram no ritmo adequado'.

Ainda sobre a retomada, o ministro da **Economia** diz que o governo prepara ações para destravar o investimento privado. Ele mencionou que, após a recente aprovação do novo marco regulatório do saneamento básico, o governo deve agir para incentivar setores como a cabotagem, eletricidade e petróleo e gás com fim do regime de partilha na exploração.

CNN Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mercado financeiro prevê queda da economia em 6,5% este ano

Clique aqui para abrir a imagem

A previsão do **mercado** financeiro para a queda da **economia** brasileira este ano foi ajustada de 6,54% para 6,50%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - está no boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma previsão há seis semanas consecutivas. Em 2022 e 2023, o **mercado** financeiro continua a projetar expansão de 2,50% do PIB.

Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC mantiveram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 1,63%, neste ano.

Para 2021, a estimativa de inflação permanece em 3%. A previsão para 2022 também não teve alteração: 3,50%. Para 2023, a estimativa passou de 3,50% para 3,42%.

A projeção para 2020 está abaixo do piso da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.

Para 2021, a meta é 3,75%, para 2022, 3,50%, e para 2023, 3,25% também com intervalo de 1,5 ponto percentual em cada ano.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de **juros**, a Selic, estabelecida atualmente em 2,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o **mercado** financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2020 em 2% ao ano. Para o fim de 2021, a expectativa é que a taxa básica chegue a 3% ao ano. Para o fim de 2022, a previsão é 5% ao ano e para o final de 2023, 6% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle

da inflação e estimulando a atividade econômica. Entretanto, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os **juros** cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de **juros**, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os **juros** mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Dólar

A previsão para a cotação do dólar permanece em R$ 5,20, ao final deste ano. Para o fim de 2021, a expectativa é que a moeda americana fique em R$ 5,05, contra previsão de R$ 5 da semana passada.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Auxílio emergencial deve reduzir queda do PIB em 27%

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: bruno

O auxílio emergencial, que pode injetar até R$ 300 bilhões na **economia**, tem efeitos que vão além da manutenção da renda dos trabalhadores que perderam o emprego na pandemia. Especialistas avaliam que os recursos podem reduzir em 27% a queda do Produto Interno Bruto (PIB) e aliviar o caixa do governo, já que R$ 75 bilhões devem voltar aos cofres públicos por meio de arrecadação de impostos.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, calcula que, sem o programa dos R$ 600, a **economia** poderia ter um tombo de 2,5 pontos percentuais maior. Como o **mercado** projeta recessão de 6,5% este ano, sem o auxílio, a retração chegaria a 9%, como estima o Fundo Monetário Nacional (FMI).

- O auxílio é um dos elementos que ajudam a explicar uma queda menor do PIB. O recuo de 9% do FMI acaba parecendo um pouco forte nessas condições - diz Vale.

O componente que vai fazer o PIB cair menos será o consumo das famílias, que responde por 64,5% da **economia**. Vale diz que, supondo que todo o benefício seja gasto, adiando o pagamento de dívidas, o consumo cairia 3,7% em vez dos 7,6% previstos.

Na arrecadação de impostos, Pedro Schneider, economista do Itaú, prevê retorno de 30% dos R$ 254 bilhões que o governo estima gastar com o benefício, já contando a prorrogação dos R$ 600 por mais dois meses, anunciada semana passada.

Considerando pagamento de dívidas ou poupança com o auxílio, e o restante sendo gasto, entrariam R$ 75 bilhões em impostos no caixa do governo. A carga tributária corresponde a 33,5% do PIB.

- Um mês de auxilio custa R$ 65 milhões. O Bolsa Família custa R$ 33 bilhões por ano. Muito mais dinheiro está sendo colocado na **economia**. Isso tem repercussão na atividade econômica e na arrecadação - afirma Schneider.

Custo fiscal

Especialistas alertam, no entanto, que manter o programa por muito mais tempo teria impacto nas contas públicas, que já estavam no vermelho antes da crise provocada pelo novo coronavírus.

Schneider afirma que o Itaú revisou a previsão de déficit primário (receitas do governo menos as despesas, antes do pagamento de **juros**) na última sexta-feira, exatamente por prever a manutenção da ajuda por mais meses. A estimativa de rombo aumentou de 10,2% para 11% do PIB.

- O governo está gastando, e isso vai ser importante para atividade. Nossa preocupação é o dia seguinte, caber no teto de gastos (regra fiscal que impede que as despesas cresçam mais que a inflação do ano anterior) - alerta Schneider.

O Instituto Fiscal Independente (IFI), ligado ao Senado, prevê que o auxílio injetaria ao todo R$ 309 bilhões na **economia** se houvesse mais três parcelas de R$ 600.

- O benefício não resolve o problema, mas impulsiona a atividade e gera algum retorno na arrecadação. Dados de ICMS mostram quedas menores, por causa desse tipo de medida, principalmente em bens de primeira necessidade. Há queda menor do que teria sem o auxílio - diz Felipe Salto, diretor executivo do IFI.

Apesar das fraudes, grande parte do auxílio está indo para as famílias de renda mais baixa, nas quais a destinação do dinheiro para o consumo é mais imediata.

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea) mostra que o auxílio emergencial conseguiu recompor mais de 100% da renda do trabalho perdida entre as famílias mais pobres. Nesses lares, a proporção dos que receberam auxílio emergencial chegou perto de 50%; entre os ricos, a parcela cai para 3,35%.

- Amenizou a queda da renda das famílias, principalmente das mais pobres. O auxílio recompôs tudo ou foi até maior do que elas recebiam - afirma Sandro Sacchet de Carvalho, autor do estudo.

Foi o caso do vendedor ambulante Renato Souza, de 41 anos, que faturava entre R$ 1.000 e R$ 1.500 antes da pandemia. Ele já recebeu as duas primeiras parcelas do auxílio de R$ 600. A mulher é cadastrada no Bolsa Família e, como tem uma filha, passou a receber R$ 1.200 de benefício.

O GLOBO

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Focus: atividade econômica no Brasil deve ter retração de 6,5% em 2020

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Unknown

Os economistas do **mercado** financeiro voltaram a reduzir levemente a previsão para a recessão econômica. A mediana das projeções passou para 6,50% nesta semana, ante 6,54% na semana passada.

Os dados estão no relatório semanal Boletim Focus, publicado nesta segunda-feira (6) pelo Banco Central, que também traz atualizações para a projeção da taxa básica de **juros**, a Selic. O documento reúne a estimativa de mais de 100 instituições do **mercado** financeiro para os principais indicadores econômicos.

A previsão de recessão reflete as incertezas do **mercado** financeiro em meio ao avanço dos impactos da pandemia da Covid-19 na **economia** brasileira e mundial.

A estimativa do **mercado** está em linha com a projeção oficial do BC que vê uma queda de 6,4% para o PIB de 2020.

Já o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), esperam tombos de 8% e 9,1%, respectivamente, para o desempenho da atividade econômica do Brasil.

O Ministério da **Economia**, espera que o PIB caia 4,7% este ano. No entanto, a estimativa da pasta levava em conta o fim das medidas de distanciamento social em maio, o que não ocorreu. Na próxima sexta-feira (10), a pasta deve atualizar a previsão.

O desempenho do PIB neste ano deve registrar a pior a recessão da atividade econômica doméstica da história brasileira. Atualmente, a maior queda já registrada no PIB foi de 4,35%, em 1990, no governo do ex-presidente Collor.

Inflação

A estimativa para o desempenho do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) permaneceu estável, em 1,63%. Se confirmada, a inflação de 2020 ficará abaixo do piso da meta.

Para este ano, o centro da meta de inflação é de 4%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, podendo oscilar entre 2,5%

a 5,5%.

CNN Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Para cada emprego formal fechado, dois informais ficaram sem trabalho

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: bruno

O vendedor de panos de prato André Nunes, de 30 anos, agora pede trocados para almoçar em um restaurante popular. A diarista Larissa Nogueira, de 45, espera por uma cesta básica na porta de uma igreja. Aos 53, o guardador de carros Rogério Silva teve de voltar a morar com a filha. Sem ocupação desde o início da pandemia da covid-19 no Brasil, eles são o retrato do grupo que mais sente a falta de trabalho: os informais.

Se os impactos da pandemia da covid-19 vão se mostrando mais cruéis no **mercado** de trabalho, o peso é maior sobre os brasileiros em funções precárias. Para cada trabalhador com carteira assinada que ficou desempregado, dois informais ficaram sem trabalhar entre o trimestre encerrado em fevereiro e os três meses até maio, segundo cálculos do professor sênior da Universidade de São Paulo (USP) Hélio Zylberstajn, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No período, 3,98 milhões de informais perderam sua principal fonte de renda. No caso dos formais, 1,99 milhão ficaram desocupados.

Reportagem do Estadão publicada na última semana mostrou que, de maneira inédita, mais da metade da população brasileira em idade para trabalhar estava sem ocupação no trimestre encerrado em maio, segundo o IBGE.

Sem acesso à rede de proteção social do trabalho com carteira assinada, o informal está mais exposto aos efeitos das crises.

No período, 3,98 milhões de informais perderam sua principal fonte de renda. No caso dos formais, 1,99 milhão ficaram desocupados.

Reportagem do Estadão publicada na última semana mostrou que, de maneira inédita, mais da metade da população brasileira em idade para trabalhar estava sem ocupação no trimestre encerrado em maio, segundo o IBGE.

Sem acesso à rede de proteção social do trabalho com carteira assinada, o informal está mais exposto aos efeitos das crises.

Segundo o economista, também serão os informais que devem puxar a recuperação do **mercado** de trabalho no ano que vem, já que tradicionalmente as empresas demoram a recontratar, e as pessoas voltam para o **mercado** como podem. Em 2017, logo após a última recessão, o número de brasileiros trabalhando por conta própria e sem carteira assinada superou pela primeira vez o daqueles que tinham um emprego formal. O ano terminou com 34,3 milhões de informais e por conta própria, ante 33,3 formais, segundo o IBGE.

Na avaliação de Zylberstajn, o melhor desempenho do emprego formal durante a pandemia indica que as medidas de redução de jornada de trabalho e de **salário** e a suspensão dos contratos, embora duras, ajudaram a manter empregos. 'O prejuízo foi contido, sem a Medida Provisória 936 teria sido pior.'

Ainda, assim, um levantamento feito por pesquisadores do Instituto Brasileiro de **Economia**, da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) aponta que, em função de redução de **salário** por conta da pandemia, 3,8% das famílias acabaram atrasando o pagamento de contas, enquanto 9,1% ficaram inadimplentes por terem perdido o emprego. De acordo com Viviane Seda, do Ibre, as dificuldades das famílias podem ter efeito redutor na recuperação da **economia** em 2021.

O diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Clemente Ganz Lúcio pondera que a crise vai deixar um contingente de endividados e corroer a renda sobretudo entre os informais, mesmo com medidas como o auxílio emergencial de R$ 600 para a baixa renda. 'E enquanto outros países já trabalham para pensar a saída da crise, o governo do Brasil fala em reformas.'

ESTADÃO CONTEÚDO

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo deverá anunciar planos para quatro grandes privatizações em até 90 dias

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: wllana

O governo federal deverá anunciar planos para quatro grandes privatizações em período de '30, 60 a 90 dias'. A afirmação foi feita pelo ministro da **Economia**, Paulo Guedes, ao programa especial 'O Brasil Pós-Pandemia: a Retomada'. Questionado pelos âncoras William Waack e Rafael Colombo, ele disse que os nomes das estatais serão anunciados em breve.

Guedes mencionou apenas que 'há muito valor escondido debaixo das estatais'. 'As subsidiárias da Caixa são um bom exemplo. Ali, há R$ 30 bilhões, R$ 40 bilhões ou R$ 50 bilhões em um IPO (oferta primária de ações) grande', disse. Atualmente, a Caixa já tem pedido para oferta de ações da Caixa Seguridade - braço de seguros do banco - operação que poderia levantar cerca de R$ 15 bilhões, estima o **mercado** financeiro.

Outra empresa que o ministro quer oferecer à iniciativa privada são os Correios. 'Está na lista seguramente, só não vou falar quando (será a privatização). Eu gostaria de privatizar todas as estatais'.

Na semana passada, o secretário de desestatização do Ministério da **Economia**, Salim Mattar, anunciou que o governo quer privatizar pelo menos 12 estatais, mas ano que vem. Entre as empresas previstas para 2021, estão os Correios, Eletrobras, CBTU, Serpro, Dataprev e Telebrás. Para essa venda acontecer, no entanto, o governo precisará do aval do Congresso Nacional para algumas empresas, como a Eletrobras.

Na entrevista à CNN, Guedes reconheceu que o ritmo das privatizações está mais lento que o esperado. 'Estamos atrasados sim, não tenho problema de admitir. Tenho de fazer um mea culpa de que elas não andaram no ritmo adequado'.

Ainda sobre a retomada, o ministro da **Economia** diz que o governo prepara ações para destravar o investimento privado. Ele mencionou que, após a recente aprovação do novo marco regulatório do saneamento básico, o governo deve agir para incentivar setores como a cabotagem, eletricidade e petróleo e gás com fim do regime de partilha na exploração.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Soluções de cobrança através de Inteligência Artificial

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Rodrigo Freire

INFORME PUBLICITÁRIO

O NOVO 'NORMAL' DO MERCADO

Estamos vivemos não apenas a maior crise de saúde dos últimos tempos, como também uma das maiores desestabilizações da nossa **economia**. Mesmo sob grandes inovações tecnológicas que flexibilizam as atuações das empresas e instituições, alguns modelos de negócio sofreram, estão sofrendo e ainda terão um longo caminho de reestruturação após os danos causados pela pandemia em suas organizações.

A inadimplência, antiga conhecida de muitos negócios, tende a se apresentar cada vez mais presente se alguns cuidados não forem tomados.

É neste cenário que descobrimos o Smart One, a nova solução de relacionamento e gestão de recebíveis desenvolvida pela Meireles e Freitas Cobrança Digital, pensada totalmente para atender as necessidades das empresas que enfrentam mais esse desafio da inadimplência, em meio a pandemia e o isolamento social.

A proposta é prática e resolutiva, mas possui muita tecnologia embarcada: agente virtual humanizado, com inteligência artificial e reconhecimento de voz, integrado com diversos canais de comunicação e um portal de pagamentos e negociações que pode ser implantado em dois dias. Parece simples algo que todo mundo já viu a primeira vista, mas o grande diferencial da solução além do tempo de implantação é a estratégia e a tecnologia embarcada.

A SOLUÇÃO

Entramos em contato com os desenvolvedores da solução a fim de entender melhor a aplicação do agente virtual e das soluções que englobam a solução. Confira:

A tecnologia Smart-One integra a rapidez da implantação com a personalização do agente, que vai assumir características de personalidade conforme a persona da empresa, como, por exemplo: ser conciliador(a),

inteligente, interativo(a), conforme o cliente. Além do sotaque universal, a tecnologia possui reconhecimento de voz, deixando o contato mais fluido, onde a interação é basicamente feita através da voz, sem necessidade de cliques no teclado.

O agente virtual é integrado com diversas formas de contato com o cliente, que podem incluir SMS, e-mail, boleto, canal receptivo via WhatsApp, e mais. A solução também inclui a segmentação de perfil alvo (através da Ciência de Dados), estruturação da régua de cobrança, recebimento da linha digitável, criação dos robôs inteligentes para cobrança preventiva, lembrete de vencimento e pagamento, bem como também de negociação de dívidas. Também está incluso a formatação de relatórios personalizados para acompanhamento dos resultados.

'Gosto sempre de frisar que o agente trabalha desde a prevenção, afinal, a cobrança preventiva bem realizada evita (e muito) inadimplência de longas datas, e tudo isso está baseado no relacionamento. É nesse ponto que trabalha o Smart One.', afirmou o CEO da empresa, Venâncio Freitas.

PRINCIPAIS DIFERENCIAIS

Pedimos também para que a Meireles e Freitas elencasse os principais diferenciais da solução, foram elas:

Rapidez e agilidade: Configurável para estar ativo em dois dias, se adaptando às urgentes necessidades do **mercado** em tempos remotos;

Personalização e personificação: Nome e características de acordo com a necessidade do cliente, adaptando-se a diversos tipos de scripts e fases da gestão de recebíveis;

Inteligência Artificial: Integração com SMS e WhatsApp para envio de faturas, além de outras mídias digitais para uma abordagem completa, estando acessível a todos os tipos de clientes;

Ser estrategista: Integração com as campanhas de segmentação de perfil digital e ciência de dados para estudos eficientes, sendo capaz de rapidamente adaptar as campanhas, conforme os resultados extraídos nos relatórios.

Entre em contato com a Meireles e Freitas e saiba como implantar a solução em sua empresa.

Ligue para: (84) 99143-8235 ou clique aqui para falar via WhatsApp.

Ou entre nesse link e deixe seus dados para contato.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mordendo cada vez mais o orçamento: aposentadoria militar tem o maior déficit per capita

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Daniel Menezes

Os militares estão chupando todos os recursos possíveis para si dentro do governo Bolsonaro, que também é o deles. Conseguiram aumentos, ficaram fora da reforma da previdência e controlam cada vez mais recursos públicos. Comumente, as pessoas miram nos custos da corrupção e esquecem que interesses particularistas, quando alcançados, geram um dispêndio muito maior de recursos.

Veja a matéria do estadão abaixo.

Aposentadoria militar tem o maior déficit per capita

Do Estadão

A União precisaria desembolsar R$ 729,3 bilhões caso tivesse de pagar hoje todos os benefícios futuros dos militares inativos das Forças Armadas e seus pensionistas. O custo, chamado de déficit atuarial, foi calculado após mais de três anos de pressão da equipe econômica e do Tribunal de Contas da União (TCU) para que os militares abrissem os dados de seu sistema de proteção social.

Alegando que a reserva e a reforma não constituíam benefício previdenciário, as Forças Armadas se recusavam a calcular o custo futuro desses pagamentos, o que vinha sendo exigido pela corte de contas diante do valor significativo envolvido.

© Dida Sampaio/Estadão Em 2019, a União precisou bancar, com recursos dos contribuintes, R$ 121,2 mil para cada aposentado ou pensionista das Forças Armadas

A informação consta no Relatório Contábil do Tesouro Nacional referente a 2019, a ser divulgado hoje. Conforme práticas contábeis, esses valores precisam ser provisionados no balanço da União para se ter uma fotografia da situação e saber se os gastos previstos hoje significam uma fatura deixada para gerações futuras, o que poderia requerer ajustes e reformas. Sem esse cálculo, não havia como dimensionar o quanto o governo teria de gastar para bancar essas aposentadorias.

Somente os benefícios a ser pagos a militares

da reserva ou reforma devem custar R$ 467,5 bilhões, em valores de hoje. As pensões já concedidas ou a conceder, por sua vez, geraram provisão de R$ 261,8 bilhões.

Antes do fim do cabo de guerra em torno da abertura dos dados, o Ministério da Defesa registrava apenas o passivo atuarial referente às pensões já concedidas, o que resultava num custo futuro de R$ 139,9 bilhões (cerca de 20% do total real). Não havia cálculo do custo fiscal dos benefícios a militares da reserva e da reforma.

No caso dos servidores públicos civis, a provisão previdenciária caiu de R$ 1,2 trilhão, em 2018, para R$ 1,064 trilhão, no ano, passado na esteira da aprovação da reforma da Previdência, que aumentou as exigências para a obtenção dos benefícios (reduzindo gastos futuros).

Déficit individual

Os militares já são hoje o grupo com o maior 'déficit por beneficiário'. No ano passado, a União precisou bancar, com recursos dos contribuintes, R$ 121,2 mil para cada aposentado ou pensionista das Forças Armadas. O valor é quase o dobro do que o governo precisa cobrir por pessoa no regime dos servidores e mais de 17 vezes o tamanho do déficit per capita no INSS, que engloba trabalhadores da iniciativa privada.

No regime próprio dos servidores federais, o déficit individual é calculado em R$ 71,6 mil, enquanto no INSS esse valor é bem menor, de R$ 6,9 mil.

O rombo individual dos militares é maior porque não havia receita de contribuição previdenciária nem do militar nem da União para bancar o sistema, ao contrário dos servidores e dos trabalhadores da iniciativa privada. No fim de 2019, o Congresso Nacional aprovou lei alterando a regra e instituindo uma alíquota geral para militares ativos e inativos.

A mesma reforma, porém, ampliou uma série de bonificações às Forças Armadas e concedeu reajustes a parte das tropas, medidas com um custo estimado de R$ 101,7 bilhões em dez anos.

Os militares também tiveram uma regra de transição dentro da reforma bem mais suave do que os servidores civis ou trabalhadores que contribuem ao INSS, com pedágio de 17% sobre o tempo que falta para a reserva. Para os demais, esse adicional ficou entre 50% e 100%.

Enquanto a reforma que atingiu o INSS e o regime dos servidores civis garantiu **economia** de cerca de R$ 800 bilhões em uma década, o efeito líquido do projeto dos militares (considerando as medidas de elevação das receitas) foi de apenas 1,3% disso, ou R$ 10,45 bilhões.

No INSS, a reforma foi capaz de desacelerar o ritmo de crescimento do déficit, que chegará a 7,65% do PIB em 2060 (sem as mudanças, o rombo seria de 11,64% do PIB no mesmo ano).

Rio deixou de pagar R$ 35 bi à União

O Rio de Janeiro deixou de pagar R$ 35,1 bilhões à União entre 2017 e 2019 graças à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), segundo Relatório Contábil do Tesouro

Nacional divulgado hoje. O Rio de Janeiro, que enfrenta séria situação financeira, precisa negociar a renovação das benesses até setembro. Recentemente, por causa de aumento de gastos, o Estado esteve sob risco de ser retirado do programa, mas conseguiu contornar a situação.

Em 2019, o Tesouro deixou de receber R$ 15,8 bilhões de Estados graças à renegociação de dívidas de 2016, que concedeu descontos e alargou prazos. Segundo o relatório, o saldo das dívidas de Estados com a União tem crescido porque os pagamentos realizados são insuficientes para cobrir o valor de **juros** e correção monetária.

A dívida havia terminado 2018 em R$ 547 bilhões. No ano passado, houve incorporação de R$ 29 bilhões em **juros** e atualização monetária, mas os pagamentos somaram apenas R$ 18 bilhões. Com isso, o saldo chegou a R$ 558 bilhões.

Entre os maiores devedores, São Paulo manteve a dívida estável em R$ 246 bilhões. Já Minas Gerais viu o débito passar de R$ 88 bilhões, em 2018, para R$ 94 bilhões, no ano passado. Em igual período, a dívida do Rio saiu de R$ 85 bilhões para R$ 91 bilhões, e a do Rio Grande do Sul, de R$ 63 bilhões para R$ 67 bilhões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo deverá anunciar planos para quatro grandes privatizações em até 90 dias

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: padua

O governo federal deverá anunciar planos para quatro grandes privatizações em período de '30, 60 a 90 dias'. A afirmação foi feita pelo ministro da **Economia**, Paulo Guedes, ao programa especial 'O Brasil Pós-Pandemia: a Retomada'. Questionado pelos âncoras William Waack e Rafael Colombo, ele disse que os nomes das estatais serão anunciados em breve.

Guedes mencionou apenas que 'há muito valor escondido debaixo das estatais'. 'As subsidiárias da Caixa são um bom exemplo. Ali, há R$ 30 bilhões, R$ 40 bilhões ou R$ 50 bilhões em um IPO (oferta primária de ações) grande', disse.

Atualmente, a Caixa já tem pedido para oferta de ações da Caixa Seguridade - braço de seguros do banco - operação que poderia levantar cerca de R$ 15 bilhões, estima o **mercado** financeiro.

Outra empresa que o ministro quer oferecer à iniciativa privada são os Correios. 'Está na lista seguramente, só não vou falar quando (será a privatização). Eu gostaria de privatizar todas as estatais'.

Na semana passada, o secretário de desestatização do Ministério da **Economia**, Salim Mattar, anunciou que o governo quer privatizar pelo menos 12 estatais, mas ano que vem. Entre as empresas previstas para 2021, estão os Correios, Eletrobras, CBTU, Serpro, Dataprev e Telebrás. Para essa venda acontecer, no entanto, o governo precisará do aval do Congresso Nacional para algumas empresas, como a Eletrobras.

Na entrevista à CNN, Guedes reconheceu que o ritmo das privatizações está mais lento que o esperado. 'Estamos atrasados sim, não tenho problema de admitir. Tenho de fazer um mea culpa de que elas não andaram no ritmo adequado'.

Ainda sobre a retomada, o ministro da **Economia** diz que o governo prepara ações para destravar o investimento privado. Ele mencionou que, após a recente aprovação do novo marco regulatório do saneamento básico, o governo deve agir para incentivar setores como a cabotagem, eletricidade e petróleo e gás com fim do regime de partilha na exploração.

CNN Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Em queda : Arrecadação do Estado registra queda de 15% em junho

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: padua

O recolhimento de impostos no Rio Grande do Norte registrou a quarta queda consecutiva desde o início dos primeiros casos do novo coronavírus (Covid-19). Em junho, o estado arrecadou R$ 79 milhões a menos em relação ao recolhido no mesmo período do ano passado. Isso representa uma redução de 15% no total de **tributos** recolhidos. Em maio, a redução havia sido de 18,3%. A perda de arrecadação foi influenciada principalmente pelas reduções no recolhimento de ICMS, que em junho teve uma queda recorde de 18%.

Os dados publicados na sétima edição do Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgada nesta segunda-feira (6) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado. O objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar. O boletim traz O material está disponível para download no site da SET-RN (www.set.rn.gov.br).

Os dados do boletim mostram a arrecadação do IPVA passou de R$ 54,6 milhões para R$ 59,7 milhões, enquanto o ITCD registrou uma baixa, caindo de R$ 1,3 milhão para R$ 1,2 milhão. Mas a principal influência na arrecadação foi o ICMS, que encolheu 18%. O volume recolhido desse imposto em junho foi de R$ 381 milhões, porém, no referido mês do ano passado, o montante foi de R$ 465 milhões, impactando diretamente na arrecadação global do RN.

Setorialmente, a atividade que mais puxou a arrecadação para baixo foi o setor de combustível. Em junho do ano passado, esse segmento gerou uma arrecadação de R$ 110 milhões e neste ano ficou em R$ 81 milhões. O atacado registrou uma alta, subindo de R$ 76 milhões para R$ 88 milhões, mas o varejo teve redução. A arrecadação encolheu de R$ 83 milhões para R$ 72 milhões. A indústria de transformação foi no mesmo ritmo de caiu de R$ 80 milhões para R4 54 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Arrecadação do Estado registra queda de 15% em junho

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Roberto

O recolhimento de impostos no Rio Grande do Norte registrou a quarta queda consecutiva desde o início dos primeiros casos do novo coronavírus (Covid-19). Em junho, o estado arrecadou R$ 79 milhões a menos em relação ao recolhido no mesmo período do ano passado. Isso representa uma redução de 15% no total de **tributos** recolhidos. Em maio, a redução havia sido de 18,3%. A perda de arrecadação foi influenciada principalmente pelas reduções no recolhimento de ICMS, que em junho teve uma queda recorde de 18%.

Os dados publicados na sétima edição do Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgada nesta segunda-feira (6) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado. O objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar. O boletim traz O material está disponível para download no site da SET-RN (www.set.rn.gov.br).

Os dados do boletim mostram a arrecadação do IPVA passou de R$ 54,6 milhões para R$ 59,7 milhões, enquanto o ITCD registrou uma baixa, caindo de R$ 1,3 milhão para R$ 1,2 milhão. Mas a principal influência na arrecadação foi o ICMS, que encolheu 18%. O volume recolhido desse imposto em junho foi de R$ 381 milhões, porém, no referido mês do ano passado, o montante foi de R$ 465 milhões, impactando diretamente na arrecadação global do RN.

Setorialmente, a atividade que mais puxou a arrecadação para baixo foi a do setor de combustível. Em junho do ano passado, esse segmento gerou uma arrecadação de R$ 110 milhões e neste ano ficou em R$ 81 milhões. O atacado registrou uma alta, subindo de R$ 76 milhões para R$ 88 milhões, mas o varejo teve redução. A arrecadação encolheu de R$ 83 milhões para R$ 72 milhões. A indústria de transformação foi no mesmo ritmo de caiu de R$ 80 milhões para R$ 54 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Paulo Guedes anuncia volta da CPMF e imposto sobre dividendos para empresas

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Roberto

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, anunciou em entrevista à CNN Brasil a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que será rebatizada como Imposto sobre Transações Digitais (ISD), e também o tributo sobre dividendos - hoje, o Brasil é um dos poucos países do mundo que não tributam empresários quando transferem recursos de suas empresas para suas contas pessoais.

'Na OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), as empresas pagam média de 19% ou 20% de imposto de renda. No Brasil, temos 34%. Quem vai querer investir no Brasil?', disse ele. 'Prefiro que a empresa pague menos e que cobre no dividendo', afirmou, defendendo a tese de que, com a mudança, as empresas terão mais caixa para investir.

Na entrevista, ele também falou sobre a volta de um imposto sobre transações financeiras, ou seja, a velha CPMF. 'Todo mundo falava do imposto de transação que é muito ruim, é feio, uma areia do sistema, mas tem uma base de incidência que traficante de droga não escapa, traficante de arma não escapa. Ninguém escapa. Corruptos não escapam', disse ele, que também afirmou que 'se todos pagarem uma alíquota pequeninha é possível desonerar' outros **tributos**.

'Não é a CPMF. É sobre transações digitais', disse Guedes, sem ressaltar que praticamente todas as transações financeiras são digitais.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

RN tem queda de R$ 79 milhões na arrecadação do mês de junho

Clique aqui para abrir a imagem

O recolhimento de impostos no Rio Grande do Norte registrou a quarta queda consecutiva desde o início dos primeiros casos do novo coronavírus (Covid-19). Em junho, o estado arrecadou R$ 79 milhões a menos em relação ao recolhido no mesmo período do ano passado. Isso representa uma redução de 15% no total de **tributos** recolhidos. Em maio, a redução havia sido de 18,3%. A perda de arrecadação foi influenciada principalmente pelas reduções no recolhimento de ICMS, que em junho teve uma queda recorde de 18%.

Os dados publicados na sétima edição do Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgada nesta segunda-feira (6) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado. O objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar. O boletim traz O material está disponível para download no site da SET-RN (www.set.rn.gov.br).

Os dados do boletim mostram a arrecadação do IPVA passou de R$ 54,6 milhões para R$ 59,7 milhões, enquanto o ITCD registrou uma baixa, caindo de R$ 1,3 milhão para R$ 1,2 milhão. Mas a principal influência na arrecadação foi o ICMS, que encolheu 18%. O volume recolhido desse imposto em junho foi de R$ 381 milhões, porém, no referido mês do ano passado, o montante foi de R$ 465 milhões, impactando diretamente na arrecadação global do RN.

Setorialmente, a atividade que mais puxou a arrecadação para baixo foi a do setor de combustível. Em junho do ano passado, esse segmento gerou uma arrecadação de R$ 110 milhões e neste ano ficou em R$ 81 milhões. O atacado registrou uma alta, subindo de R$ 76 milhões para R$ 88 milhões, mas o varejo teve redução. A arrecadação encolheu de R$ 83 milhões para R$ 72 milhões. A indústria de transformação foi no mesmo ritmo de caiu de R$ 80 milhões para R$ 54 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mercado melhora projeção para o PIB e vê queda de 6,5% em 2020

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Versátil News

Há uma semana, estimativa era de recuo de 6,54%; previsão para a inflação ficou estável em 1,63%, abaixo do piso da meta do governo.

Os economistas do **mercado** financeiro melhoraram levemente as estimativas para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2020. A projeção passou de uma retração de 6,54% para 6,50%.

Os números fazem parte do boletim de **mercado**, conhecido como relatório 'Focus', divulgado nesta segunda-feira (6) pelo Banco Central (BC). O levantamento foi feito na semana passada e ouviu mais de 100 instituições financeiras.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da **economia**.

A expectativa para o nível de atividade foi medida em meio à pandemia do novo coronavírus, que tem derrubado a **economia** global e colocado o mundo no caminho de uma recessão.

Em 13 de maio, o governo brasileiro estimou uma queda de 4,7% para o PIB de 2020, tendo como base a perspectiva de que as medidas de distanciamento social terminariam no fim de maio.

O Banco Mundial prevê uma queda de 8% no PIB brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um tombo de 9,1%.

Em 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB cresceu 1,1%. Foi o desempenho mais fraco em três anos. Nos três primeiros meses de 2020, foi registrada uma retração de 1,5% na **economia** brasileira.

PIB encolhe 1,5% no primeiro trimestre, pior resultado desde 2015

Para o próximo ano, a previsão do **mercado** financeiro para o crescimento do PIB permaneceu estável em 3,50%.

Inflação abaixo do piso da meta

Segundo o relatório divulgado pelo BC nesta segunda-feira, os analistas do **mercado** financeiro mantiveram a estimativa de inflação para 2020 em 1,63%.

Se a previsão for confirmada, será o menor patamar da inflação desde o início da série histórica do IBGE, em 1995. O menor nível já registrado foi em 1998 (1,65%).

A expectativa de inflação do **mercado** para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e também do piso do sistema de metas, que é de 2,5% neste ano.

Pela regra vigente, o IPCA pode oscilar de 2,5% a 5,5% sem que a meta seja formalmente descumprida. Quando a meta não é cumprida, o BC tem de escrever uma carta pública explicando as razões.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de **juros** da **economia** (Selic).

Para 2021, o **mercado** financeiro manteve em 3% sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.

Novo corte nos **juros**

O **mercado** também manteve a previsão de um novo corte na taxa básica de **juros** da **economia**, a Selic, que atualmente está em 2,25% ao ano. A previsão dos analistas é de que a taxa caia para 2% até o fim de 2020.

Para o fim de 2021, a expectativa permaneceu estável em 3% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta dos **juros** no ano que vem.

Outras estimativas

Dólar: a projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 continuou em R$ 5,20. Para o fechamento de 2021, subiu para R$ 5,05 por dólar.Balança comercial: para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2020 foi elevada para US$ 53,45 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do **mercado** também foi revisada para cima, a US$ 55,25 bilhões de superávit.Investimento estrangeiro: a previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2020, foi novamente reduzida, para US$ 55 bilhões. Para 2021, a estimativa dos analistas também foi cortada, para US$ 70 bilhões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Arrecadação do Estado registra queda de 15% em junho

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: rodrigomatoso

O recolhimento de impostos no Rio Grande do Norte registrou a quarta queda consecutiva desde o início dos primeiros casos do novo coronavírus (Covid-19). Em junho, o estado arrecadou R$ 79 milhões a menos em relação ao recolhido no mesmo período do ano passado. Isso representa uma redução de 15% no total de **tributos** recolhidos. Em maio, a redução havia sido de 18,3%. A perda de arrecadação foi influenciada principalmente pelas reduções no recolhimento de ICMS, que em junho teve uma queda recorde de 18%.

Os dados publicados na sétima edição do Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgada nesta segunda-feira (6) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado. O objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar. O boletim traz O material está disponível para download no site da SET-RN (www.set.rn.gov.br).

Os dados do boletim mostram a arrecadação do IPVA passou de R$ 54,6 milhões para R$ 59,7 milhões, enquanto o ITCD registrou uma baixa, caindo de R$ 1,3 milhão para R$ 1,2 milhão. Mas a principal influência na arrecadação foi o ICMS, que encolheu 18%. O volume recolhido desse imposto em junho foi de R$ 381 milhões, porém, no referido mês do ano passado, o montante foi de R$ 465 milhões, impactando diretamente na arrecadação global do RN.

Setorialmente, a atividade que mais puxou a arrecadação para baixo foi a do setor de combustível. Em junho do ano passado, esse segmento gerou uma arrecadação de R$ 110 milhões e neste ano ficou em R$ 81 milhões. O atacado registrou uma alta, subindo de R$ 76 milhões para R$ 88 milhões, mas o varejo teve redução. A arrecadação encolheu de R$ 83 milhões para R$ 72 milhões. A indústria de transformação foi no mesmo ritmo de caiu de R$ 80 milhões para R$ 54 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Captação da poupança diminui em junho, mas bate recorde para o mês

Clique aqui para abrir a imagem

Aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros, a caderneta de poupança voltou a atrair o interesse dos brasileiros em meio à pandemia provocada pelo novo coronavírus (covid-19). No mês passado, os investidores depositaram R$ 20,53 bilhões a mais do que retiraram da aplicação, informou nesta segunda-feira (6) o Banco Central. Em junho do ano passado, os brasileiros tinham depositado R$ 2,5 bilhões a mais do que tinham sacado.

A captação líquida - diferença entre depósitos e retiradas - diminuiu em relação a maio, quando atingiu o recorde de R$ 37,2 bilhões para todos os meses. Mesmo assim, o resultado de junho é o maior já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1995. Com o resultado do mês passado, a poupança acumula entrada líquida de R$ 84,43 bilhões nos seis primeiros meses do ano.

A aplicação tinha começado o ano no vermelho. Em janeiro e fevereiro, os brasileiros retiraram R$ 15,93 bilhões a mais do que depositaram. A situação começou a mudar em março, com o início da pandemia da covid-19, quando os depósitos superaram os saques em R$ 12,17 bilhões. A poupança captou R$ 30,46 bilhões em abril e bateu o recorde de R$ 37,2 bilhões em maio.

A queda expressiva da bolsa de valores e a instabilidade em outros investimentos, como títulos do Tesouro, refletiram-se em maior volume de depósitos na poupança. Por causa da turbulência no **mercado** financeiro, os títulos do Tesouro Direto têm registrado oscilações nas taxas de **juros**.

Rendimento

Com rendimento de 70% da Taxa Selic (**juros** básicos da **economia**), a poupança atraiu mais recursos mesmo com os **juros** básicos em queda. Com a Selic no menor nível da história, o investimento estava rendendo menos que a inflação no início do ano. No entanto, a expectativa de que a inflação caia por causa da crise econômica provocada pelo novo coronavírus pode fazer a aplicação terminar o ano com rendimento positivo.

Nos 12 meses terminados em junho, a aplicação rendeu 3,19%, segundo o Banco Central. No mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), que serve como prévia da inflação oficial, atingiu 1,92%. O IPCA cheio de maio será divulgado pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no próximo dia 10.

Para este ano, o Boletim Focus, pesquisa com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, prevê inflação oficial de 1,63% pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com a atual fórmula, a poupança renderia 1,57% este ano, caso a Selic de 2,25% ao ano estivesse em vigor desde o início do ano. No entanto, como a taxa foi sendo reduzida ao longo do primeiro semestre, o rendimento acumulado será um pouco maior.

Histórico

Até 2014, os brasileiros depositaram mais do que retiraram da poupança. Naquele ano, as captações líquidas chegaram a R$ 24 bilhões. Com o início da recessão econômica, em 2015, os investidores passaram a retirar dinheiro da caderneta para cobrir dívidas, em um cenário de queda da renda e de aumento de desemprego.

Em 2015, R$ 53,57 bilhões foram sacados da poupança, a maior retirada líquida da história. Em 2016, os saques superaram os depósitos em R$ 40,7 bilhões. A tendência inverteu-se em 2017, quando as captações excederam as retiradas em R$ 17,12 bilhões, e em 2018, com captação líquida de R$ 38,26 bilhões. Em 2019, a poupança registrou captação líquida de R$ 13,23 bilhões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Caixa isenta linhas do Pronampe de tarifa de abertura de crédito

Clique aqui para abrir a imagem

As micro e pequenas empresas que contraem financiamentos de capital de giro do Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) na Caixa Econômica Federal estão isentas da tarifa de abertura de crédito (TAC). A medida foi anunciada hoje (6) pelo presidente da instituição financeira, Pedro Guimarães.

A medida vale tanto para contratos novos como para financiamentos já concedidos. Clientes que já assinaram o contrato terão a tarifa devolvida pela Caixa. Criada para auxiliar empresas com faturamento de até R$ 4,8 milhões por ano, categoria que engloba as micro e as pequenas empresas, durante a pandemia do novo coronavírus, a linha de capital de giro do Pronampe empresta até 30% da receita anual registrada em 2019.

Os financiamentos têm prazo de 36 meses, com oito meses de carência. Dessa forma, a primeira parcela só é paga a partir do nono mês, em 28 prestações. A taxa de **juros** anual máxima equivale à taxa básica de **juros** (Selic) mais 1,25% ao ano.?Com a Selic atual em 2,25% ao ano, a taxa pode atingir até 3,5% ao ano.

Em troca das linhas do Pronampe, as empresas deverão preservar os empregos entre a data de assinatura do contrato e dois meses depois do recebimento da última parcela da linha de crédito. O financiamento pode ser pedido no site da Caixa, no endereço www.caixa.gov.br/pronampe, ou diretamente nas agências do banco.

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, a Caixa emprestou cerca de R$ 11,5 bilhões em linhas de crédito para as micro e pequenas empresas. Apenas nas linhas do Pronampe, foram contratadas mais de 18,3 mil operações de crédito, que somam R$ 1,29 bilhão.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mesmo fraco no exterior, dólar avança 0,61% frente a real e fecha a R$ 5,3518

Clique aqui para abrir a imagem

O dólar no **mercado** à vista fechou nesta segunda, 6, cotado a R$ 5,3518, em alta de 0,61%, mesmo em dia de busca do investidor por risco e em um ambiente de enfraquecimento visto no exterior com rali nos mercados acionários motivados pelos indicadores de retomada da **economia** nos Estados Unidos, Europa e China.

As preocupações com a dinâmica fiscal, em um momento no qual o próprio o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, admitiu que a dívida bruta/PIB vai a 100%, ao mesmo tempo em que a política monetária segue bastante estimulativa mantém os investidores usando o real como hedge de outras operações de risco e, com isso, destoa do movimento da maioria das moedas de seus pares que se valorizaram frente ao dólar na etapa vespertina dos negócios.

"Risco é precificado no **mercado**, se não tem prêmio no juro básico, vai buscar prêmio em outros lugares, no caso, o real", diz Marcos de Callis, estrategista da Hieron Patrimônio Familiar e Investimento.

O dólar abriu em queda, tendo chegado a R$ 5,2636, na mínima do dia no segmento spot. No entanto, no início da tarde, inverteu a trajetória e, sem mais novidades no front, os fundamentos - que são de políticas fiscal e monetária de estímulos à **economia** - acabaram prevalecendo, ressalta de Callis, observando que Credit Default Swap (CDS) de cinco anos do Brasil estava em 225 pontos, ou seja, não havia nesta tarde sinal de estresse em nenhum outro **mercado**.

Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, argumenta que os investidores estão vendo alguma divergência entre o ministro Paulo Guedes, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sobre a questão fiscal. "Enquanto Guedes bate na continuidade do ajuste e quer que o Orçamento de Guerra se estenda até ano que vem", diz, lembrando que estamos a pouco mais de um mês para o início das discussões da peça orçamentária de 2021.

Ontem à noite, Guedes disse que, durante a pandemia da covid-19, o governo "não perdeu o rumo com perspectiva de ataque às principais despesas". E ressaltou que o descontrole de gastos continua sendo inimigo no pós-pandemia. No entanto, adiantou que o déficit nominal deve chegar a 16% do PIB neste ano.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Anfavea prevê que mercado de veículos voltará ao ritmo pré-pandemia em 2025

Clique aqui para abrir a imagem

O **mercado** de veículos novos no Brasil só deve voltar em 2025 a ter o ritmo de vendas que registrou em 2019, antes da pandemia do novo coronavírus. A previsão foi feita nesta segunda-feira, 6 pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

A Anfavea levou em consideração que o **mercado** deve se recuperar a uma taxa média de 11% ao ano, a mesma registrada pela indústria nos anos seguintes à crise econômica de 2015 e 2016.

A projeção da Anfavea para 2020 é de retração de 40% nas vendas.

Empregos

O presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, afirmou que o emprego nas fábricas "está em risco", mesmo com a MP trabalhista do governo e com os acordos feitos pelas empresas com os sindicatos. "A gente vê com preocupação a questão do emprego. A MP do governo é muito boa, merece elogios. É ótima, mas é temporária. Precisamos da retomada da **economia**. Se a **economia** não voltar em ritmo bom, teremos dificuldade em manter os empregos", disse Moraes, em coletiva de imprensa online.

Segundo ele, as empresas têm acordos com os sindicatos até outubro e novembro. "Até lá, temos de encontrar mecanismos para retomada do emprego e da **economia** em geral, não apenas do setor automotivo", disse.

As montadoras terminaram o mês de junho com 124 mil funcionários queda de 0,8% em relação a maio e recuo de 4% na comparação com junho do ano passado, segundo dados divulgados na manhã desta segunda-feira pela Anfavea. "O ajuste (no emprego) já começou de forma paulatina", disse Moraes.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Fipezap: preço dos imóveis residenciais supera inflação no 1º semestre

Clique aqui para abrir a imagem

No semestre em que a **economia** global foi marcada pela pandemia do coronavírus, os imóveis residenciais no Brasil surpreenderam e apresentaram valorização. Isso é o que mostra o Índice Fipezap pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos anúncios do portal Zap.

Segundo o levantamento, os preços pedidos subiram em média 1,1% no primeiro semestre, batendo a inflação (medida pelo IPCA) projetada para o mesmo período, de apenas 0,08%. Na prática, isso aponta para uma alta real de 1,03%.

Entre as 16 capitais pesquisadas, foram registradas altas em 13 delas no primeiro semestres: Florianópolis (4,16%), Curitiba (3 24%), Campo Grande (2,98%), Brasília (2,37%), Belo Horizonte (2 13%), Maceió (2,13%), Vitória (1,66%), São Paulo (1,59%), Manaus (1,35%), Salvador (0,99%), Goiânia (0,71%), Porto Alegre (0,51%) e Rio de Janeiro (0,37%). Já em outras 3 capitais, houve quedas no semestre: João Pessoa (-0,38%), Fortaleza (-1,35%) e Recife (-3,88%).

No mês de junho, os preços pedidos cresceram 0,18%. E no acumulado dos últimos 12 meses, a alta foi de 0,81%. Com esses resultados, o preço médio pedido por metro quadrado no País atingiu R$ 7.307 em junho. Os valores mais altos estão no Rio de Janeiro (R$ 9.323), São Paulo (R$ 9.132) e Brasília (R$ 7.491).

O coordenador do Índice Fipezap, Eduardo Zylberstajn, avalia que a valorização dos imóveis no primeiro semestre mostra que o **mercado** contou com mais fatores positivos do que negativos.

Embora a pandemia tenha causado uma paralisação da **economia**, redução da renda de milhões de brasileiros e postergação de negócios, uma outra parte dos consumidores ainda vê sentido em trocar o aluguel pela casa própria, e pode contar com os **juros** mais baixos da história para financiar uma aquisição.

"Ainda que tenha um choque no emprego e na renda, há uma outra situação favorável, de **juros** baixos, o que é essencial para embasar essas negociações e sustentar o preço dos imóveis", observa Zylberstajn.

O coordenador também lembra que havia uma demanda reprimida no setor, uma vez que muitas pessoas deixaram de comprar imóveis durante a crise anterior, iniciada em 2014. Essas transações estão acontecendo atualmente, diz. "E o preço dos imóveis no Brasil é rígido. Na pandemia, ninguém sai vendendo o imóvel com medo. Quem tem imóvel, fica receoso em dar um super desconto e perder dinheiro", conta.

Preço dos imóveis tende a seguir em alta, apesar da crise

Zylberstajn acredita ainda que o preço dos imóveis continuará acima da inflação neste segundo semestre, ou seja, manterá a trajetória de valorização.

"Considerando um abrandamento da pandemia e uma retomada da **economia**, ainda que lenta, então temos condições para a manutenção desse cenário de valorização. Vai ser uma valorização pequena, nada de uma super alta, claro", prevê.

"A inflação seguirá sob controle, os estoques de imóveis novos estão relativamente baixos, e os lançamentos de novos projetos diminuíram o ritmo. Isso tudo indica condições de continuarmos vendo aumento nos preços", afirma.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro sanciona MP que permite reduzir jornada de trabalho e salário durante a pandemia para evitar demissões

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Presidência da República

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) anunciou no final da tarde desta segunda-feira (6) a sanção da MP (Medida Provisória) 936/2020, que permite a redução de salários e jornada de trabalho durante a pandemia do novo coronavírus.

'Sancionada hoje a Lei que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Todos os benefícios serão custeados com recursos da União, operacionalizado e pago pelo Ministério da **Economia** diretamente ao empregado', disse Bolsonaro nas redes sociais.

Bolsonaro, contudo, não informou se houve vetos ou não.

A MP foi aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados no dia 28 de maio. As regras valem para quem tem carteira assinada e para os contratos de aprendizagem e de jornada parcial e não dizem respeito ao benefício emergencial de R$ 600.

Em junho, a adesão ao programa superou 10 milhões de empregos, de acordo com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

R7

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsa sobe 2,24% e fecha no nível mais alto em quatro meses

Clique aqui para abrir a imagem

Impulsionada pelo otimismo no exterior, a bolsa de valores aproximou-se dos 100 mil pontos e encerrou esta segunda-feira (6) no maior nível em quatro meses. O índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de valores brasileira), subiu 2,24% e fechou o dia aos 98.937 pontos.

Essa foi a quarta sessão consecutiva de ganhos do indicador, que alcançou o nível mais alto desde 6 de março, cinco dias antes de a Organização Mundial da Saúde decretar a pandemia de covid-19, quando tinha fechado aos 102 mil pontos. O Ibovespa seguiu a bolsa norte-americana. O índice Dow Jones, da bolsa de Nova York, encerrou esta segunda com alta de 1,78%.

Os ganhos no **mercado** de ações não se refletiram no **mercado** de câmbio. O dólar comercial começou o dia em baixa, mas reverteu o movimento no início da tarde e fechou a sessão vendido a R$ 5,352, com alta de R$ 0,032 (+0,59%). No início da manhã, a moeda chegou a ser vendida a R$ 5,27.

Dados sobre o avanço da produção industrial nos Estados Unidos e a forte alta nas bolsas chinesas atraíram o interesse dos investidores em todo o planeta. No Brasil, a pesquisa Indicadores Industriais, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), constatou crescimento de 11,4% em maio.

No entanto, a divulgação de um relatório do Goldman Sachs afetou o **mercado** brasileiro. Para o banco de investimentos, a recuperação econômica da América Latina continua incerta e o Brasil atravessa um quadro de riscos políticos e fiscais.

Há várias semanas, mercados financeiros em todo o planeta atravessam um período de nervosismo por causa da recessão global provocada pelo agravamento da pandemia do novo coronavírus. Nos últimos dias, os investimentos têm oscilado entre possíveis ganhos com o relaxamento de restrições em vários países da Europa e em regiões dos Estados Unidos e contratempos no combate à doença.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Unidades do Senac RN retomam atendimento presencial

Clique aqui para abrir a imagem

A partir desta segunda-feira (6), os centros de educação profissional do **Senac** no Rio Grande do Norte retomam suas atividades de atendimento ao público. Conforme Decreto Estadual, as aulas presenciais permanecem suspensas.

Confira os horários de funcionamento, de segunda a sexta-feira:

Unidades Natal:

Alecrim - 8h às 14h;

Barreira Roxa - 8h às 14h;

Centro - 8h às 14h (Agora em novo endereço: Avenida Marechal Floriano Peixoto, 295, Tirol);

Zona Sul - 8h às 14h;

Zona Norte - 8h às 12h

Assú: 8h às 12h

Caicó: 8h às 12h

Macaíba: 8h às 12h

Mossoró: 8h às 14h;

O Hotel **Barreira Roxa** e Restaurante Navarro continuam com atendimento exclusivo aos profissionais da saúde que atuam no combate à Pandemia da Covid-19.

A Instituição desenvolveu um Protocolo Sanitário para retomada de suas atividades presenciais, o qual foi avaliado e aprovado pela Vigilância Sanitária Estadual. Fique de olho nas recomendações:

REGRAS PARA ACESSO ÀS UNIDADES DO **SENAC** RN

Obrigatório uso de máscara.

Proibida circulação de pessoas com sintomas gripais, suspeita ou confirmação da Covid-19.

Só será permitida entrada de pessoas com temperatura abaixo de 37,8°.

Higienização das mãos com álcool 70% e

desinfecção dos sapatos nos tapetes sanitizantes disponíveis.

É vedado cumprimentos com contato físico entre os colaboradores e clientes.

Evite aglomeração: recomendamos presença de uma pessoa para cada 5m². O distanciamento mínimo permitido é de 1,5m.

Não é recomendada a circulação de pessoas dos grupos de risco (60 anos ou mais, diabéticos, cardiopatas, hipertensos ou gestantes).

O Atendimento Virtual permanece disponível através do site rn.senac.br e do canal de telefone e whatsapp 4005-1000.

*Fonte: Fecomércio RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **FECOMÉRCIO** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - **SENAC** RN, **FECOMÉRCIO**-RN - **BARREIRA ROXA**

Bolsonaro diz ter sancionado lei que permite redução de jornada e salário

Clique aqui para abrir a imagem

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta segunda-feira, 6, a lei que permite a suspensão de contratos de trabalho e redução de **salário** e jornada. O presidente informou que sancionou o texto em sua conta do Twitter e não deu detalhes sobre possíveis vetos na lei, que ainda não foi publicada no Diário Oficial da União.

A lei abre caminho para a prorrogação do programa, mas isso, porém, ainda depende de um decreto. Segundo a reportagem apurou, esse decreto não deve ser publicado na terça-feira, porque a equipe técnica ainda precisa de mais tempo para avaliar o texto sancionado.

Nascida da Medida Provisória 936 e aprovada no Congresso, a lei autoriza a suspensão de contratos de trabalho e a redução de jornadas e salários até o fim do ano. Mas será o decreto a ser publicado que dará os termos dessa prorrogação.

O governo deverá permitir, por mais dois meses, a suspensão de contratos e, por mais um mês, a redução de jornada. Na primeira leva, a suspensão já pode ser feita por dois meses e a redução por três.

Na semana passada, o secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da **Economia**, Bruno Bianco, disse que, logo depois da sanção da lei, o presidente editará um decreto prevendo a prorrogação do programa.

Lançado em abril, o programa chamado de Benefício Emergencial prevê que o governo pague parte do **salário** suspenso ou reduzido, até o limite do seguro-desemprego (R$ 1.813). De acordo com o Ministério da **Economia**, mais de 12,1 milhões de acordos foram celebrados dentro do programa.

Segundo Bianco, a prorrogação manterá a exigência de que os empregos sejam preservados pelo dobro do prazo do acordo. Quem suspender por mais dois meses o contrato, por exemplo, terá de garantir estabilidade por quatro meses.

Os empregadores que já suspenderam os contratos por dois meses, que era o prazo máximo, têm que esperar a publicação do decreto para nova prorrogação. Outra alternativa é reduzir a jornada e o **salário** em até 70% por um mês, o que é permitido pela lei em vigor.

A MP 936 foi aprovada pelo Senado no dia 17

de junho e seguiu para sanção presidencial. O texto foi enviado em abril e permitia a redução de jornada em 25%, 50% ou 70%, com um corte proporcional no **salário**, por até três meses, o que deve ser prorrogado agora por mais um mês. Também era possível suspender o contrato por até dois meses, o que deve ser autorizado no decreto por mais um mês.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Unidades do Senac retomam atendimento presencial no RN

Clique aqui para abrir a imagem

A partir desta segunda-feira, dia 6 de julho, os centros de educação profissional do **Senac** no Rio Grande do Norte retomam suas atividades de atendimento ao público. Conforme Decreto Estadual, as aulas presenciais permanecem suspensas.

Confira os horários de funcionamento, de segunda a sexta-feira:

Unidades Natal

Alecrim - 8h às 14h; **Barreira Roxa** - 8h às 14h; Centro - 8h às 14h (Agora em novo endereço: Avenida Marechal Floriano Peixoto, 295, Tirol); Zona Sul - 8h às 14h; Zona Norte - 8h às 12h

Demais unidades no RN

Assú - 8h às 12h Caicó - 8h às 12h Macaíba - 8h às 12h Mossoró - 8h às 14h;

O Hotel **Barreira Roxa** e Restaurante Navarro continuam com atendimento exclusivo aos profissionais da saúde que atuam no combate à Pandemia da Covid-19.

A Instituição desenvolveu um Protocolo Sanitário para retomada de suas atividades presenciais, o qual foi avaliado e aprovado pela Vigilância Sanitária Estadual. Fique de olho nas recomendações:

REGRAS PARA ACESSO ÀS UNIDADES DO **SENAC**-RN

Obrigatório uso de máscara. Proibida circulação de pessoas com sintomas gripais, suspeita ou confirmação da Covid-19. Só será permitida entrada de pessoas com temperatura abaixo de 37,8°. Higienização das mãos com álcool 70% e desinfecção dos sapatos nos tapetes sanitizantes disponíveis. É vedado cumprimentos com contato físico entre os colaboradores e clientes. Evite aglomeração: recomendamos presença de uma pessoa para cada 5m². O distanciamento mínimo permitido é de 1,5m. Não é recomendada a circulação de pessoas dos grupos de risco (60 anos ou mais, diabéticos, cardiopatas, hipertensos ou gestantes).

O Atendimento Virtual permanece disponível através do site rn.senac.br e do canal de telefone e WhatsApp 4005-1000.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-

RN - **SENAC** RN, FECOMÉRCIO-RN -

BARREIRA ROXA

Arrecadação fiscal no RN cai 15 no mês de junho, diz SET

Clique aqui para abrir a imagem

O recolhimento de impostos no Rio Grande do Norte registrou a quarta queda consecutiva desde o início dos primeiros casos do novo coronavírus (Covid-19). Em junho, o Estado arrecadou R$ 79 milhões a menos em relação ao recolhido no mesmo período do ano passado. Isso representa uma redução de 15% no total de **tributos** recolhidos. O percentual é menor que o verificado em maio deste ano: 18,3%. Agora em junho, a arrecadação total do Estado foi de R$ 442 milhões, ante R$ 521 milhões do mesmo mês de 2019. A perda foi puxada, principalmente, pela redução no recolhimento de ICMS, que no mês passado atingiu recorde de 18%.

Os dados foram publicados na sétima edição do Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgada nesta segunda-feira (6) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado. O objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar. O boletim traz O material está disponível para download no site da SET-RN.

Os dados do boletim mostram a arrecadação do IPVA teve alta, passando de R$ 54,6 milhões para R$ 59,7 milhões (+9%), enquanto o ITCD registrou uma baixa, caindo de R$ 1,3 milhão para R$ 1,2 milhão (-2). Mas a principal influência na arrecadação foi o ICMS, que encolheu 18%. O volume recolhido desse imposto em junho foi de R$ 381 milhões, porém, no referido mês do ano passado, o montante foi de R$ 465 milhões, impactando diretamente na arrecadação global do RN. Em abril de 2020, o recolhimento de tributo caiu 14% e, em maio, 16%.

Com esse resultado até então, junho de 2020 fica marcado como o mês em que houve o menor recolhimento de ICMS desde o início da pandemia e da implantação das medidas restritivas.

No acumulado de março a junho, a arrecadação somou R$ 1,592 milhão este ano, ante R$ R$ 1,818 milhão no mesmo período de 2019. A perda de ICMS foi de R$ 226 milhões (-12,43%). Comparando a arrecadação nos meses de março e de junho deste abril, a perda foi de 13,8%, menos R$ 61 milhões.

Setores

Setorialmente, o maior aumento foi no comércio atacadista que saiu de uma arrecadação de R$ 70 milhões, em maio, para R$ 88 milhões, seguido da indústria de transformação que passou de R$ 41 milhões para R$ 54 milhões de um mês para outro. Já a arrecadação do varejo variou de R$ 60 milhões para R$ 72 milhões. O setor de combustível subiu de R$ 77 milhões para R$ 81 milhões. A exceção ocorreu no setor de energia, que sofreu uma redução drástica de R$ 71 milhões para R$ 28 milhões. O segmento de comunicação continuou estável com arrecadação de R$ 23 milhões.

Número de operações

'Após queda acentuada do movimento econômico a partir da última semana do mês de Março, percebe-se uma lenta recuperação na **economia** potiguar a partir do mês de Maio', aponta a SET. Especificamente na última semana de análise (22 a 28 de Junho), o boletim aponta uma redução de 4,38% do volume transacionado pelas empresas do RN em relação à semana imediatamente anterior, alcançando patamar de R$ 257,18 milhões em operações diárias. A semana anterior (15 a 21 de Junho) foi a melhor semana para o conjunto das empresas potiguares, quando o volume de transações alcançou R$ 269 milhões em operações diárias no período após a pandemia, superando inclusive o mesmo período do ano anterior.

A quantidade de documentos fiscais emitidos chegou, conforme dados da SET, a aproximadamente 816 mil emissões/dia na semana compreendida entre 22 e 28 de Junho. No mesmo período do ano passado, esse volume atingiu 966 emissões/dia. Na última semana de março deste ano, o volume foi de R$ 675 emissões/dia.

Arrecadação no RN

Valor total recolhido de ICMS no RN, durante o mês de junho puxou retração

Comparativo de arrecadação do ICMS

Créditos: Divulgação

Comparativo de arrecadação do ICMS

Créditos: Divulgação

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Unidades do Senac RN retomam atendimento presencial

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Versátil News

A partir desta segunda-feira (6), os centros de educação profissional do **Senac** no Rio Grande do Norte retomam suas atividades de atendimento ao público. Conforme Decreto Estadual, as aulas presenciais permanecem suspensas.

Confira os horários de funcionamento, de segunda a sexta-feira:

Unidades Natal:

Alecrim - 8h às 14h;**Barreira Roxa** - 8h às 14h;Centro - 8h às 14h (Agora em novo endereço: Avenida Marechal Floriano Peixoto, 295, Tirol);Zona Sul - 8h às 14h;Zona Norte - 8h às 12h

Assú: 8h às 12h

Caicó: 8h às 12h

Macaíba: 8h às 12h

Mossoró: 8h às 14h;

O Hotel **Barreira Roxa** e Restaurante Navarro continuam com atendimento exclusivo aos profissionais da saúde que atuam no combate à Pandemia da Covid-19.

A Instituição desenvolveu um Protocolo Sanitário para retomada de suas atividades presenciais, o qual foi avaliado e aprovado pela Vigilância Sanitária Estadual. Fique de olho nas recomendações:

REGRAS PARA ACESSO ÀS UNIDADES DO **SENAC** RN

Obrigatório uso de máscara.Proibida circulação de pessoas com sintomas gripais, suspeita ou confirmação da Covid-19.Só será permitida entrada de pessoas com temperatura abaixo de 37,8°.Higienização das mãos com álcool 70% e desinfecção dos sapatos nos tapetes sanitizantes disponíveis.É vedado cumprimentos com contato físico entre os colaboradores e clientes.Evite aglomeração: recomendamos presença de uma pessoa para cada 5m². O distanciamento mínimo permitido é de 1,5m.Não é recomendada a circulação de pessoas dos

grupos de risco (60 anos ou mais, diabéticos, cardiopatas, hipertensos ou gestantes).

O Atendimento Virtual permanece disponível através do site rn.senac.br e do canal de telefone e whatsapp 4005-1000.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **SENAC** RN, FECOMÉRCIO-RN - **BARREIRA ROXA**

Tecnologia para o semiárido

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Rosalie Arruda

A Universidade Rural do Semiárido (Ufersa) já concluiu a interface da Plataforma Sabiá que vai agregar digitalmente as diversas soluções tecnológicas para atender as demandas do Semiárido brasileiro. A proposta é de trocar ideias entre quem produz e quem precisa da produção.

O projeto, que tem o apoio do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, tem previsão de lançamento para outubro ou novembro deste ano.

Água limpa

Estarrecedor e indigno. Enquanto se discute o protocolo da volta às aulas presenciais, com uso de álcool gel por exemplo, chega a informação coletada no censo Escolar 2020, pelo Jornal o Globo, que mais de 10 mil escolas públicas brasileiras não tem água limpa para lavar as mãos. São quase dois milhões de alunos em escolas nessas condições. É o retrato do atraso do país.

Adversário

Em entrevista ao Correio Braziliense, a ex-senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o governador do Maranhão, Flávio Dino, do seu partido, desponta como um dos principais nomes da oposição para uma eventual disputa com o presidente Jair Bolsonaro, nas eleições de 2022. Porém, ela acha muito difícil uma união em torno de um candidato único oposicionista.

Ar puro

O Presidente do PV, Ambientalista Rivaldo Fernandes, pré-candidato a vereador em Natal, depois do susto com a Covid-19 volta a respirar os bons ares da cura.

Saravá!!!!

Internet

A propósito, o ministro Fábio Faria recebe esta semana um documento do Instituto de Desenvolvimento da Educação, comandado pela ex-secretária de Educação do Estado, Cláudia Santa Rosa, sugerindo ao representante do governo federal o uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações Anatel (Fust) para melhorar

o acesso da educação pública à internet, possibilitando a inclusão digital.

Bom sinal

A indústria do país respira com um certo alívio com o crescimento do faturamento em 11,4% em maio, afirma CNI. 'É importante considerar que o crescimento vem após dois meses de fortes quedas. A Indústria continua bastante desaquecida, mas os resultados de maio mostram que o pior já passou', diz o gerente-executivo de **Economia** da CNI, Renato da Fonseca.

Cautela e caldo de galinha

Embora o protocolo de reabertura da **economia** autorize a reabertura dos restaurantes a partir de hoje, tem empresários com o pé no freio observando os resultados dos que abriram neste primeiro momento. Um dono de restaurante em Ponta Negra disse à coluna que vai esperar para analisar o **mercado**. 'Eu não posso errar'! Vaticinou.

Reconhecimento

A Corregedoria Geral de Justiça simplificou as normas para reconhecimento de paternidade. A qualquer tempo, a mãe ou o filho maior pode comparecer no Oficial de Registro de Pessoas Naturais e apontar o suposto pai, com o maior número de elementos de identificação. Também, o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade poderá ser feita diretamente nos ofícios de registro civil de pessoas naturais.

Oxalá!!!!

Onda e Tubarão

O potiguar Ítalo Ferreira passou o domingo surfando na praia da Reserva, em Saquarema, Rio de Janeiro, e levou um susto quando deu de cara com um tubarão. Ele saiu da água imediatamente. A façanha foi relatada nas redes sociais do sufista.

O final de semana em Saquarema registrou ondas de até quatro metros de altura, geradas pelo ciclone bomba que causou destruição no sul do país.

Esta cova em que estás...

Natal continua enterrando seus mortos de Covid-19. Até quando, hein??

Portas abertas

A Prefeitura do Natal volta os olhos para a ZN e abre hoje o Centro de Atendimento para enfrentamento da Covid-19 no Ginásio Nélio Dias. O Centro vai atender pacientes com suspeitas ou sintomas da doença viral.

Novo Samu

A empresa Serv. Saúde Eirelli começou a trabalhar ontem no serviço de transporte sanitário em ambulâncias com reforço para o SAMU Natal. O contrato emergencial feito pela secretaria estadual de Saúde terá duração de seis meses no valor mensal estimado de R$ 1.424.016,00.

A empresa fica obrigada a fornecer até seis ambulâncias, equipe de profissionais e materiais sendo a remuneração mediante efetivo uso do transporte de pacientes.

Gasolina

O natalense foi mais uma vez surpreendido com reajuste nas bombas de combustíveis da capital. Nesse momento de pandemia, quando

o comercio dá sinais de retomada do trabalho, o empregado ganha um presente dessa monta.

É incrível a falta de 'solidariedade' entre os homens.! !!!

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Unidades do Senac RN retomam atendimento presencial

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Unknown

A partir desta segunda-feira (6), os centros de educação profissional do **Senac** no Rio Grande do Norte retomam suas atividades de atendimento ao público. Conforme Decreto Estadual, as aulas presenciais permanecem suspensas.

Confira os horários de funcionamento, de segunda a sexta-feira:

Unidades Natal:

Alecrim - 8h às 14h;

Barreira Roxa - 8h às 14h;

Centro - 8h às 14h (Agora em novo endereço: Avenida Marechal Floriano Peixoto, 295, Tirol);

Zona Sul - 8h às 14h;

Zona Norte - 8h às 12h

Assú: 8h às 12h

Caicó: 8h às 12h

Macaíba: 8h às 12h

Mossoró: 8h às 14h;

O Hotel **Barreira Roxa** e Restaurante Navarro continuam com atendimento exclusivo aos profissionais da saúde que atuam no combate à Pandemia da Covid-19.

A Instituição desenvolveu um Protocolo Sanitário para retomada de suas atividades presenciais, o qual foi avaliado e aprovado pela Vigilância Sanitária Estadual. Fique de olho nas recomendações:

REGRAS PARA ACESSO ÀS UNIDADES DO **SENAC** RN

Obrigatório uso de máscara.

Proibida circulação de pessoas com sintomas gripais, suspeita ou confirmação da Covid-19.

Só será permitida entrada de pessoas com temperatura abaixo de 37,8°.

Higienização das mãos com álcool 70% e desinfecção dos sapatos nos tapetes sanitizantes disponíveis.

É vedado cumprimentos com contato físico entre os colaboradores e clientes.

Evite aglomeração: recomendamos presença de uma pessoa para cada 5m². O distanciamento mínimo permitido é de 1,5m.

Não é recomendada a circulação de pessoas dos grupos de risco (60 anos ou mais, diabéticos, cardiopatas, hipertensos ou gestantes).

O Atendimento Virtual permanece disponível através do site rn.senac.br e do canal de telefone e whatsapp 4005-1000.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **SENAC** RN, FECOMÉRCIO-RN - **BARREIRA ROXA**

Privatizações estão nos planos de Paulo de Guedes

Clique aqui para abrir a imagem

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, fez declarações de peso, no fim de semana, sobre os rumo da política econômica. Ele sinalizou que a reforma tributária deverá ser aprovada ainda em 2020 e defendeu tributação de dividendos e a criação de um imposto sobre transações financeiras. Apesar dos planos para a reforma, ele explicou que a covid-19 mudou as prioridades do governo federal. Se até um ano atrás, a preocupação maior estava voltava à situação fiscal, hoje para áreas como saúde, emprego e renda.

Créditos: Marcello Casal JrAgência Brasil Paulo Guedes planeja retomar a **Economia** por meio do destravamento de investimentos privados

Paulo Guedes também comentou - durante entrevista ao canal de notícias CNN Brasil - sobre a privatização das estatais. Sem citar nomes, ele garantiu que três ou quatro grandes empresas deverão ser repassadas à iniciativa privada em até 90 dias. Os Correios estão na lista de estudo para licitação, mas ele não confirmou se a empresa está neste primeiro lote de vendas.

Reforma tributária

Guedes explicou que o governo deverá criar uma proposta de reforma tributária mais abrangente ainda em 2020, e que caberá ao Congresso definir os detalhes. 'Estava tudo combinado (para as reformas). Faltou combinar com o coronavírus, que afetou a **economia** do País. De certa forma, é uma exploração política desagradável dizer que estou devendo reforma. Houve interdições de debates', disse sobre críticas de que o governo não envia as propostas de reforma.

Com um novo programa de 'substituição tributária', o ministro diz que a intenção não seria de aumentar impostos, mas sim ampliar a base de incidência. Para ele, é preciso escolher entre impostos sobre folha de pagamento e um de base mais ampla com alíquota menor. 'É melhor ter bases mais amplas e cobrar alíquotas bastante baixas. Aí desonerando a mão-de-obra, o setor de comércio e serviços não reclama tanto do IVA.'

Segundo Guedes, o Congresso já tem debatido propostas para a criação do Imposto sobre Valor

Agregado (IVA) com alíquotas de até 30%. A proposta do governo é reduzir esse valor em quase três vezes. 'Isso quebra o comércio e o setor de serviços. Nossa proposta é de tributar em 11% ou 12%, mas para isso é preciso pensarmos numa tributação digital, mas infelizmente o Congresso interditou esse debate.'

Privatizações

O governo também planeja retomar a **Economia** por meio do destravamento de investimentos privados, com privatizações e concessões, por exemplo. Segundo o ministro, entre 60 e 90 dias, três ou quatro grandes privatizações serão concretizadas.

Guedes não citou os nomes das empresas, mas falou sobre o setor elétrico, de água e saneamento, petróleo, gás, navegação de cabotagem, e empresas como Correios e Caixa, o que poderia indicar um caminho do programa de desestatização.

Além de garantir, de definir uma data, que os Correios estão na lista de estudo para licitação, o ministro também indicou o interesse na venda de subsidiárias das estatais para arrecadar recursos.

'Tem um arbusto que é uma empresa estatal, cheia de ativos valiosos. Subsidiárias da Caixa são um bom exemplo. Esse ano é um excelente ano para fazer um IPO grande: R$ 20, R$ 30, R$ 40, R$ 50 bilhões. Bem maior até que uma Eletrobras', exemplifica Guedes.

O ministro também negou um possível aparelhamento das empresas públicas, como resultado da aproximação do presidente Jair Bolsonaro com o Centrão. 'Houve justamente esse questionamento. Bom, agora que o presidente buscou o centro democrático, ou o Centrão, isso agora vai exigir o aparelhamento das estatais? Não', pontuou.

Tributação de dividendos

Durante a entrevista, ele também falou sobre a importância de reduzir a carga tributária sobre empresas e aumentar sobre os dividendos. A ideia é criar um sistema progressivo que tribute quem tem mais dinheiro.

'Queremos que a empresa acumule capital e que, quando esse capital seja transformado em dividendos para uma pessoa, essa pessoa pague mais', disse Guedes. Ao defender a medida, Guedes argumentou que há vezes em que trabalhadores assalariados pagam um Imposto de Renda alto, enquanto 'milionário ou bilionário não paga nada sobre os dividendos'.

CPMF

O ministro da **Economia** tem defendido a criação de um imposto sobre transações financeiras para custear a desoneração da folha de pagamentos. Ele considera que a comparação do sistema com a antiga Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) é uma barreira. 'Pensamos numa tributação digital, mas esse debate foi interditado e não sei por que não podemos debater isso. Seria o melhor para podermos desonerar a folha salarial e todo mundo pagaria, o traficante, o corrupto, ninguém escaparia. Mas ficam com essa história de que não podemos criar esse imposto. Então vamos ter de aumentar o Imposto de Renda sobre as empresas. Como elas já pagam 34%, então

não é possível. Precisamos tirar as paixões do debate', afirmou ele.

Antes da entrevista de Guedes à CNN, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse à GloboNews que a reforma tributária é prioridade na agenda legislativa do segundo semestre, mas se posicionou 'radicalmente contra' a proposta de recriação de imposto nos moldes da CPMF.

PIB

Guedes disse que o **mercado** terá de redesenhar as suas projeções para a queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, em uma redução de quatro pontos percentuais, uma vez que as exportações se mantiveram no País.

'O choque externo não veio, então precisamos rever a queda de 10% para uma queda em torno de 6%. A China precisa de minério e proteína animal, e para cada dólar que exportamos para os Estado Unidos, exportamos três para a China. Isso nos manteve equilibrados.'

O ministro ainda disse que, com base nas projeções da Saúde, o Ministério da **Economia** trabalha com a perspectiva de que a pandemia perca força em dois ou três meses, e que o pior mês para a **Economia** do País aconteceu em abril.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bares e restaurantes com até 300m² poderão reabrir na quarta-feira

Clique aqui para abrir a imagem

Os bares e restaurantes com até 300² e que possuem porta para a rua, poderão reabrir a partir desta quarta-feira (6). Para o funcionamento, os estabelecimentos terão que garantir o cumprimento de protocolos sanitários, como a limitação de 4 pessoas por mesa, garantir a distância de 2 metros entre cada mesa, além de estarem proibidos de vender bebidas alcoólicas.

Nesta primeira etapa, apenas estabelecimentos com até 300m² poderão reabrir. Contudo, a partir do dia 29, os demais também poderão voltar a funcionar, mediante o cumprimento de protocolos sanitários.

Diante desse cenário, o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no RN (Abrasel), Arthur Fontes, mostrou-se animado com o retorno às atividades. 'A gente fica feliz em poder retornar e estamos preparados para isso. Inclusive, nós que sugerimos boa parte dos protocolos sanitários que estão descritos no decreto governamental', comentou.

Apesar de ter contribuído na redação dos protocolos sanitários impostos no decreto governamental, o presidente da Abrasel lamentou quatro regras para funcionamento dos estabelecimentos, são elas: a proibição de venda de bebidas alcoólicas, a imposição de separação de mesas por um mínimo de 300 metros de distância uma da outra, a obrigatoriedade de aferição de temperatura dos clientes e a de permitir apenas quatro pessoas por cada mesa.

'A gente lamenta principalmente por causa dos bares e restaurantes noturnos que têm seu movimento muito atrelado à venda de bebidas. Esses estabelecimentos vão ter um impacto muito forte e dificuldades nessa retomada', disse o presidente da Abrasel.

Plano de retomada econômica

O Plano de Retomada está dividido em quatro fases, com intervalos de 14 dias entre cada uma delas. Esta primeira fase vai de 1º de julho a 14 de julho, período subdividido em três frações. Orientações como manutenção do distanciamento dentro das empresas de pelo menos 1 metro entre as pessoas; manutenção

dos grupos de risco em quarentena domiciliar e teletrabalho; uso obrigatório de máscaras de proteção em todo e qualquer ambiente público ou privado; e funcionamento em horários alternativos para evitar aglomeração, com planejamento de horários alternados para colaboradores; entre outras, são comuns a todos os estabelecimentos, independente de qual fase ou fração eles estejam inseridos.

Na primeira fração, que vai de 1º a 5 de julho, ficam autorizados a funcionar alguns estabelecimento do segmento de serviços (RH e Terceirização; Atividades de Informação, Comunicação, Agências de Publicidade, Design e afins; Centros de Distribuição, Distribuidoras, Depósitos; Atividades dos Serviços Sociais Autônomos, **Sistema S** (excluídas as respectivas escolas) e afins; Agências de Turismo; Salão de Beleza, Barbearias e afins); e alguns tipos de lojas (Artigos de Papelarias, Materiais de Escritório e Variedades; Produtos de Climatização; Bicicletas e Acessórios; Comércio de Plantas e Flores; Vestuário, Acessórios, Calçados; Bancas de Jornais e Revistas; Souvenires, Bijuterias e Artesanatos; Armarinho; Lojas de artigos usados).

Na fração 2, que vai de 6 de julho a 10 de julho, estão autorizadas a funcionar lojas de até 600 m² (maiores de 300 m² constantes da 'Fração 1 e 2'), como Lojas de móveis, eletrodomésticos, colchões e utensílios domésticos; Lojas de departamento e magazines (que não funcionem em Shoppings e Centros Comerciais); Loja de eletrônicos/ informática; Instrumentos musicais e acessórios; Equipamentos de áudio e vídeo; Equipamentos de telefonia e comunicação; Joalherias e relojoarias e comércio de joias; Lojas de cosméticos e perfumaria.

Já na fração 3, que vai de 11 a 14 de julho, estão autorizados a reabrirem suas portas as lojas de brinquedos; lojas de artigos esportivos; lojas de artigos de caça, pesca e camping; e os estabelecimentos do segmento de alimentação (restaurantes, lanchonetes e food Parks), desde que tenham até 300m²; mantendo até quatro pessoas por mesa; distância de 2 m entre as mesas e de 1 m entre as pessoas. Também é proibido o consumo de bebida alcoólica no estabelecimento. Os food parks devem disponibilizar pias, torneiras com água e sabão e outros meios de higienização aos clientes.

Para todos os estabelecimentos especificados na Fase 1, como também para todas as frações, existem regras gerais, que devem ser seguidas por todos. Além disso, existem regras e recomendações estabelecidas de acordo com as especificidades de cada um deles, como por exemplo, cuidados em elevadores; proibição de prova de roupas; redução do quadro de empregados e adoção de turnos de trabalho alternados; atendimento agendado para evitar aglomeração e espera; limpeza de máquinas de cartão; mudanças na apresentação de cardápios, entre outras.

No caso das agências de publicidade, marketing e design, por exemplo, caso haja atendimento a clientes, estes devem ser informados dos protocolos do escritório, para que atente a limpeza das mãos, uso da máscara a todo o momento e em todos os espaços. Elas também terão que, preferencialmente, atender a apenas um cliente por vez, agendando de forma que não coincidam vários nomes no horário, ou que algum fique esperando.

RN - **SISTEMA S**

Já no caso dos salões de beleza, barbearias e afins, entre os protocolos a serem seguidos estão: a abertura em horários específicos, para que o tráfego de clientes e profissionais não coincida com o pico de movimento do transporte público; reabertura com quadro reduzido de empregados, podendo fazer uma escala de trabalho de dias alternados com a equipe; rigoroso controle da saúde dos empregados/prestadores de serviços (aferição de temperatura, uso permanente de máscara, higienização); e atendimento com intervalo de no mínimo 30 minutos para higienização dos equipamentos.

No tocante ao uso de elevadores, a lotação máxima será de 3 pessoas, com disponibilização de álcool em gel nas entradas e saídas, além de cartaz interno, orientando a limpeza das mãos. Também deverá ser disponibilizado tapete com água sanitária nas portas dos elevadores, de forma que se higienize os pés antes de entrar.

Na fase 2, a partir do dia 15 de julho, será a vez das academias sem sistema de ar condicionado, os centros comerciais também sem sistema de refrigeração, como galerias, centros de vendas, centros culturais de comércio e incluindo shoppings centers sem ar condicionado (Via Direta, Praia Shopping e Cidade Jardim). E, por fim, na 3ª fase, serão liberadas as atividades de shoppings centers com sistema de ar condicionado, bares sem vendas e consumo de bebidas alcoólicas no local, academias com ar condicionado, alimentação 2 e bares com sistema de ar condicionado.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-

Lei que permite redução de jornada e salário é prorrogada

Clique aqui para abrir a imagem

Brasília (AE) - O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a lei que permite a suspensão de contratos de trabalho e redução de **salário** e jornada. O presidente informou que sancionou o texto em sua conta do Twitter e não deu detalhes sobre possíveis vetos na lei, que ainda não foi publicada no Diário Oficial da União.

Créditos: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil Bianco informa que a prorrogação manterá a exigência de que os empregos sejam preservados

A lei abre caminho para a prorrogação do programa, mas isso, porém, ainda depende de um decreto. Segundo a reportagem apurou, esse decreto não deve ser publicado hoje, porque a equipe técnica ainda precisa de mais tempo para avaliar o texto sancionado ontem pelo presidente Jair Bolsonaro.

Nascida da Medida Provisória 936 e aprovada no Congresso, a lei cria mecanismos que autorizam a suspensão de contratos de trabalho e a redução de jornadas e salários até o fim do ano. Mas será o decreto a ser publicado que dará os termos dessa prorrogação.

O governo deverá permitir, por mais dois meses, a suspensão de contratos e, por mais um mês, a redução de jornada e salários. Na primeira leva, a suspensão já pode ser feita por dois meses e a redução por três meses.

Na semana passada, o secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da **Economia**, Bruno Bianco, disse que, logo depois da sanção da lei, o presidente editará um decreto prevendo a prorrogação do programa.

Lançado em abril, o programa chamado de Benefício Emergencial prevê que o governo pague parte do **salário** suspenso ou reduzido, até o limite do seguro-desemprego (R$ 1.813). De acordo com o Ministério da **Economia**, 12.143 acordos foram celebrados dentro do programa.

Segundo Bianco, a prorrogação manterá a exigência de que os empregos sejam preservados pelo dobro do prazo do acordo. Quem suspender por mais dois meses o contrato de trabalho, por exemplo, terá de garantir estabilidade por quatro meses.

Aos empregadores que já suspenderam os contratos por dois meses, que era o prazo máximo, têm de esperar a publicação do decreto para nova prorrogação. Outra alternativa é reduzir a jornada e o **salário** em até 70% por um mês, o que é permitido pela lei em vigor.

A MP 936 foi aprovada pelo Senado no dia 17 de junho e seguiu para sanção presidencial. O texto foi enviado em abril e permitia a redução de jornada em 25%, 50% ou 70%, com um corte proporcional no **salário**, por até três meses, o que deve ser prorrogado agora por mais um mês. Também era possível suspender o contrato por até dois meses, o que deve ser autorizado no decreto por mais um mês.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Restaurantes com até 300m² poderão reabrir na quarta-feira

Clique aqui para abrir a imagem

Os restaurantes com até 300² e que possuem porta para a rua, poderão reabrir a partir desta quarta-feira (6). Para o funcionamento, os estabelecimentos terão que garantir o cumprimento de protocolos sanitários, como a limitação de 4 pessoas por mesa, garantir a distância de 2 metros entre cada mesa, além de estarem proibidos de vender bebidas alcoólicas.

Nesta primeira etapa, apenas estabelecimentos com até 300m² poderão reabrir. Contudo, a partir do dia 29, os demais também poderão voltar a funcionar, mediante o cumprimento de protocolos sanitários.

Diante desse cenário, o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no RN (Abrasel), Arthur Fontes, mostrou-se animado com o retorno às atividades. 'A gente fica feliz em poder retornar e estamos preparados para isso. Inclusive, nós que sugerimos boa parte dos protocolos sanitários que estão descritos no decreto governamental', comentou.

Apesar de ter contribuído na redação dos protocolos sanitários impostos no decreto governamental, o presidente da Abrasel lamentou quatro regras para funcionamento dos estabelecimentos, são elas: a proibição de venda de bebidas alcoólicas, a imposição de separação de mesas por um mínimo de 300 metros de distância uma da outra, a obrigatoriedade de aferição de temperatura dos clientes e a de permitir apenas quatro pessoas por cada mesa.

'A gente lamenta principalmente por causa dos bares e restaurantes noturnos que têm seu movimento muito atrelado à venda de bebidas. Esses estabelecimentos vão ter um impacto muito forte e dificuldades nessa retomada', disse o presidente da Abrasel.

Plano de retomada econômica

O Plano de Retomada está dividido em quatro fases, com intervalos de 14 dias entre cada uma delas. Esta primeira fase vai de 1º de julho a 14 de julho, período subdividido em três frações. Orientações como manutenção do distanciamento dentro das empresas de pelo menos 1 metro entre as pessoas; manutenção dos grupos de risco em quarentena domiciliar e

teletrabalho; uso obrigatório de máscaras de proteção em todo e qualquer ambiente público ou privado; e funcionamento em horários alternativos para evitar aglomeração, com planejamento de horários alternados para colaboradores; entre outras, são comuns a todos os estabelecimentos, independente de qual fase ou fração eles estejam inseridos.

Na primeira fração, que vai de 1º a 5 de julho, ficam autorizados a funcionar alguns estabelecimento do segmento de serviços (RH e Terceirização; Atividades de Informação, Comunicação, Agências de Publicidade, Design e afins; Centros de Distribuição, Distribuidoras, Depósitos; Atividades dos Serviços Sociais Autônomos, **Sistema S** (excluídas as respectivas escolas) e afins; Agências de Turismo; Salão de Beleza, Barbearias e afins); e alguns tipos de lojas (Artigos de Papelarias, Materiais de Escritório e Variedades; Produtos de Climatização; Bicicletas e Acessórios; Comércio de Plantas e Flores; Vestuário, Acessórios, Calçados; Bancas de Jornais e Revistas; Souvenires, Bijuterias e Artesanatos; Armarinho; Lojas de artigos usados).

Na fração 2, que vai de 6 de julho a 10 de julho, estão autorizadas a funcionar lojas de até 600 m² (maiores de 300 m² constantes da 'Fração 1 e 2'), como Lojas de móveis, eletrodomésticos, colchões e utensílios domésticos; Lojas de departamento e magazines (que não funcionem em Shoppings e Centros Comerciais); Loja de eletrônicos/ informática; Instrumentos musicais e acessórios; Equipamentos de áudio e vídeo; Equipamentos de telefonia e comunicação; Joalherias e relojoarias e comércio de joias; Lojas de cosméticos e perfumaria.

Já na fração 3, que vai de 11 a 14 de julho, estão autorizados a reabrirem suas portas as lojas de brinquedos; lojas de artigos esportivos; lojas de artigos de caça, pesca e camping; e os estabelecimentos do segmento de alimentação (restaurantes, lanchonetes e food Parks), desde que tenham até 300m²; mantendo até quatro pessoas por mesa; distância de 2 m entre as mesas e de 1 m entre as pessoas. Também é proibido o consumo de bebida alcoólica no estabelecimento. Os food parks devem disponibilizar pias, torneiras com água e sabão e outros meios de higienização aos clientes.

Para todos os estabelecimentos especificados na Fase 1, como também para todas as frações, existem regras gerais, que devem ser seguidas por todos. Além disso, existem regras e recomendações estabelecidas de acordo com as especificidades de cada um deles, como por exemplo, cuidados em elevadores; proibição de prova de roupas; redução do quadro de empregados e adoção de turnos de trabalho alternados; atendimento agendado para evitar aglomeração e espera; limpeza de máquinas de cartão; mudanças na apresentação de cardápios, entre outras.

No caso das agências de publicidade, marketing e design, por exemplo, caso haja atendimento a clientes, estes devem ser informados dos protocolos do escritório, para que atente a limpeza das mãos, uso da máscara a todo o momento e em todos os espaços. Elas também terão que, preferencialmente, atender a apenas um cliente por vez, agendando de forma que não coincidam vários nomes no horário, ou que algum fique esperando.

Já no caso dos salões de beleza, barbearias e afins, entre os protocolos a serem seguidos estão: a abertura em horários específicos, para que o tráfego de clientes e profissionais não coincida com o pico de movimento do transporte público; reabertura com quadro reduzido de empregados, podendo fazer uma escala de trabalho de dias alternados com a equipe; rigoroso controle da saúde dos empregados/prestadores de serviços (aferição de temperatura, uso permanente de máscara, higienização); e atendimento com intervalo de no mínimo 30 minutos para higienização dos equipamentos.

No tocante ao uso de elevadores, a lotação máxima será de 3 pessoas, com disponibilização de álcool em gel nas entradas e saídas, além de cartaz interno, orientando a limpeza das mãos. Também deverá ser disponibilizado tapete com água sanitária nas portas dos elevadores, de forma que se higienize os pés antes de entrar.

Na fase 2, a partir do dia 15 de julho, será a vez das academias sem sistema de ar condicionado, os centros comerciais também sem sistema de refrigeração, como galerias, centros de vendas, centros culturais de comércio e incluindo shoppings centers sem ar condicionado (Via Direta, Praia Shopping e Cidade Jardim). E, por fim, na 3ª fase, serão liberadas as atividades de shoppings centers com sistema de ar condicionado, bares sem vendas e consumo de bebidas alcoólicas no local, academias com ar condicionado, alimentação 2 e bares com sistema de ar condicionado.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **SISTEMA S**

Bolsonaro anuncia sanção da MP que permite reduzir jornada e salário durante pandemia

Clique aqui para abrir a imagem

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Reprodução

O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta segunda-feira (6) em uma rede social a sanção da medida provisória (MP) que permite a redução da jornada de trabalho e do **salário** em razão da pandemia do novo coronavírus. Bolsonaro não informou se houve vetos a trechos da proposta aprovada pelo Congresso Nacional.

O texto foi aprovado pelo Senado em 16 de junho

'Sancionada hoje a Lei que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (MP-936). Todos os benefícios serão custeados com recursos da União, operacionalizado e pago pelo @MinEconomia diretamente ao empregado', publicou Bolsonaro. A sanção da medida, contudo, não havia sido publicada no 'Diário Oficial da União' até a publicação desta reportagem.

A medida provisória

O objetivo da medida, editada pelo governo federal em abril, é preservar empregos e renda neste período de pandemia, em que a crise econômica foi agravada. O texto permitiu às empresas reduzirem a jornada de trabalho com a diminuição proporcional de salários.

A MP também autorizou a suspensão temporária de contratos de trabalho.

As regras estavam em vigência desde a edição da medida. Com a aprovação da proposta pelo Congresso e com a sanção presidencial, o texto da MP foi transformado em lei. De acordo com o Ministério da **Economia**, até o meados de junho, o chamado Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - criado pela MP - já preservou mais de 10 milhões de postos de trabalho. Veja mais AQUI.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Restaurantes com até 300m² poderão reabrir na próxima quarta-feira

Clique aqui para abrir a imagem

Os restaurantes com até 300² e que possuem porta para a rua, poderão reabrir a partir desta quarta-feira (6). Para o funcionamento, os estabelecimentos terão que garantir o cumprimento de protocolos sanitários, como a limitação de 4 pessoas por mesa, garantir a distância de 2 metros entre cada mesa, além de estarem proibidos de vender bebidas alcoólicas.

Nesta primeira etapa, apenas estabelecimentos com até 300m² poderão reabrir. Contudo, a partir do dia 29, os demais também poderão voltar a funcionar, mediante o cumprimento de protocolos sanitários.

Diante desse cenário, o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no RN (Abrasel), Arthur Fontes, mostrou-se animado com o retorno às atividades. 'A gente fica feliz em poder retornar e estamos preparados para isso. Inclusive, nós que sugerimos boa parte dos protocolos sanitários que estão descritos no decreto governamental', comentou.

Apesar de ter contribuído na redação dos protocolos sanitários impostos no decreto governamental, o presidente da Abrasel lamentou quatro regras para funcionamento dos estabelecimentos, são elas: a proibição de venda de bebidas alcoólicas, a imposição de separação de mesas por um mínimo de 300 metros de distância uma da outra, a obrigatoriedade de aferição de temperatura dos clientes e a de permitir apenas quatro pessoas por cada mesa.

'A gente lamenta principalmente por causa dos bares e restaurantes noturnos que têm seu movimento muito atrelado à venda de bebidas. Esses estabelecimentos vão ter um impacto muito forte e dificuldades nessa retomada', disse o presidente da Abrasel.

Plano de retomada econômica

O Plano de Retomada está dividido em quatro fases, com intervalos de 14 dias entre cada uma delas. Esta primeira fase vai de 1º de julho a 14 de julho, período subdividido em três frações. Orientações como manutenção do distanciamento dentro das empresas de pelo menos 1 metro entre as pessoas; manutenção dos grupos de risco em quarentena domiciliar e

teletrabalho; uso obrigatório de máscaras de proteção em todo e qualquer ambiente público ou privado; e funcionamento em horários alternativos para evitar aglomeração, com planejamento de horários alternados para colaboradores; entre outras, são comuns a todos os estabelecimentos, independente de qual fase ou fração eles estejam inseridos.

Na primeira fração, que vai de 1º a 5 de julho, ficam autorizados a funcionar alguns estabelecimento do segmento de serviços (RH e Terceirização; Atividades de Informação, Comunicação, Agências de Publicidade, Design e afins; Centros de Distribuição, Distribuidoras, Depósitos; Atividades dos Serviços Sociais Autônomos, **Sistema S** (excluídas as respectivas escolas) e afins; Agências de Turismo; Salão de Beleza, Barbearias e afins); e alguns tipos de lojas (Artigos de Papelarias, Materiais de Escritório e Variedades; Produtos de Climatização; Bicicletas e Acessórios; Comércio de Plantas e Flores; Vestuário, Acessórios, Calçados; Bancas de Jornais e Revistas; Souvenires, Bijuterias e Artesanatos; Armarinho; Lojas de artigos usados).

Na fração 2, que vai de 6 de julho a 10 de julho, estão autorizadas a funcionar lojas de até 600 m² (maiores de 300 m² constantes da 'Fração 1 e 2'), como Lojas de móveis, eletrodomésticos, colchões e utensílios domésticos; Lojas de departamento e magazines (que não funcionem em Shoppings e Centros Comerciais); Loja de eletrônicos/ informática; Instrumentos musicais e acessórios; Equipamentos de áudio e vídeo; Equipamentos de telefonia e comunicação; Joalherias e relojoarias e comércio de joias; Lojas de cosméticos e perfumaria.

Já na fração 3, que vai de 11 a 14 de julho, estão autorizados a reabrirem suas portas as lojas de brinquedos; lojas de artigos esportivos; lojas de artigos de caça, pesca e camping; e os estabelecimentos do segmento de alimentação (restaurantes, lanchonetes e food Parks), desde que tenham até 300m²; mantendo até quatro pessoas por mesa; distância de 2 m entre as mesas e de 1 m entre as pessoas. Também é proibido o consumo de bebida alcoólica no estabelecimento. Os food parks devem disponibilizar pias, torneiras com água e sabão e outros meios de higienização aos clientes.

Para todos os estabelecimentos especificados na Fase 1, como também para todas as frações, existem regras gerais, que devem ser seguidas por todos. Além disso, existem regras e recomendações estabelecidas de acordo com as especificidades de cada um deles, como por exemplo, cuidados em elevadores; proibição de prova de roupas; redução do quadro de empregados e adoção de turnos de trabalho alternados; atendimento agendado para evitar aglomeração e espera; limpeza de máquinas de cartão; mudanças na apresentação de cardápios, entre outras.

No caso das agências de publicidade, marketing e design, por exemplo, caso haja atendimento a clientes, estes devem ser informados dos protocolos do escritório, para que atente a limpeza das mãos, uso da máscara a todo o momento e em todos os espaços. Elas também terão que, preferencialmente, atender a apenas um cliente por vez, agendando de forma que não coincidam vários nomes no horário, ou que algum fique esperando.

Já no caso dos salões de beleza, barbearias e afins, entre os protocolos a serem seguidos estão: a abertura em horários específicos, para que o tráfego de clientes e profissionais não coincida com o pico de movimento do transporte público; reabertura com quadro reduzido de empregados, podendo fazer uma escala de trabalho de dias alternados com a equipe; rigoroso controle da saúde dos empregados/prestadores de serviços (aferição de temperatura, uso permanente de máscara, higienização); e atendimento com intervalo de no mínimo 30 minutos para higienização dos equipamentos.

No tocante ao uso de elevadores, a lotação máxima será de 3 pessoas, com disponibilização de álcool em gel nas entradas e saídas, além de cartaz interno, orientando a limpeza das mãos. Também deverá ser disponibilizado tapete com água sanitária nas portas dos elevadores, de forma que se higienize os pés antes de entrar.

Na fase 2, a partir do dia 15 de julho, será a vez das academias sem sistema de ar condicionado, os centros comerciais também sem sistema de refrigeração, como galerias, centros de vendas, centros culturais de comércio e incluindo shoppings centers sem ar condicionado (Via Direta, Praia Shopping e Cidade Jardim). E, por fim, na 3ª fase, serão liberadas as atividades de shoppings centers com sistema de ar condicionado, bares sem vendas e consumo de bebidas alcoólicas no local, academias com ar condicionado, alimentação 2 e bares com sistema de ar condicionado.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **SISTEMA S**